



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ARMAS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1461/05	DATA: 22/9/2005
INÍCIO: 10h51min	TÉRMINO: 13h42min	DURAÇÃO: 02h51min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h51min	PÁGINAS: 87	QUARTOS: 35

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

ALDO GALIANO JÚNIOR – Delegado da 2^a Delegacia Seccional da Polícia Civil de São Paulo.
ROBERTO RAMOS – Preso em São Paulo.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas.

Esta reunião foi convocada para a realização de audiência pública com a presença do Dr. Aldo Galiano Júnior, Delegado da 2ª Delegacia Seccional da Polícia Civil de São Paulo, e Roberto Ramos, preso em São Paulo sob suspeita de participação em arrastões a condomínio de alto luxo.

Durante a revista em sua casa, foi encontrado um míssil de quase dois metros de comprimento sobre a laje; e ainda esse míssil, segundo consta, com potencial ofensivo. Teremos maiores informações, agora, com o Dr. Galiano.

Esta reunião terá, posteriormente, a deliberação de requerimentos também.

Convidamos o Dr. Galiano a sentar-se à mesa conosco, desde já, agradecendo a sua presença e a do Dr. Clóvis, que trouxe o preso. Agradecemos a gentileza de poderem colaborar conosco.

Dr. Galiano, expresso também a nossa gratidão ao Secretário de Segurança, ao Chefe da Polícia Civil, pela liberação que o senhor teve para poder estar, aqui, conosco, e esclarecendo algo que considero muito grave. Porque, inclusive, segundo consta, hoje ainda explodiu um artefato igual a esse, ou parecido; e antes teria sido preso um outro...

O SR. ALDO GALIANO JÚNIOR - Segunda-feira, em Santa Bárbara D'Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ... do mesmo tipo.

Então, isso é algo muito grave. São mísseis sendo usados por bandidos.

E vamos saber, agora, do Dr. Galiano, mais uma vez, com a nossa gratidão. O tempo é de V.Sa. para que possa falar principalmente acerca desse ocorrido.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, antes de dar a palavra ao Dr. Aldo Galiano, quero fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ele, quando foi convidado, era delegado da 2ª Seccional da Capital; hoje, ele já tomou posse, é Delegado Regional de Sorocaba. Quer dizer, então, um dos diretores da Polícia Civil de São Paulo, Dr. Aldo Galiano já faz parte do Conselho da Polícia Civil, após ser designado Delegado Regional de Sorocaba.



Então, quero deixar esse registro público de cumprimento ao Dr. Aldo Galiano, que não é mais o delegado seccional da Capital; é, agora, Delegado Regional do interior de Sorocaba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E V.Exa. sempre muito atento a tudo o que acontece em São Paulo, como um digno representante daquele povo.

O SR. ALDO GALIANO JÚNIOR - O Deputado é nosso amigo de São Paulo, a gente tem uma relação fraternal. Fiquei feliz, não tinha visto o senhor aí. Já tive uma recepção do Deputado, aqui. Agora, sinto-me totalmente em casa, Deputado Arnaldo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A palavra é sua, doutor.

O SR. ALDO GALIANO JÚNIOR - Nós tivemos, aqui, no ano passado, a partir de setembro, uma série de roubos em condomínio altamente sofisticado. Sempre pegava-se a vulnerabilidade do alarme, uma série de informações. Em contrapartida, quando pegava os bandidos, eram tudo, o que na nossa gíria, a gente fala 'chineleiro'. Então, a gente falou 'pô, deve ter uma estrutura'. Porque esse tipo de marginal nem tem condições de revender jóias, relógios, armas que eles pegavam por um preço satisfatório. Então, nós começamos a investigar e descobrimos que eram quadrilhas contratadas que faziam a parte armada, só, à parte, e dividiam o produto do roubo com o pessoal da facção do PCC, que é uma organização criminosa que está enraizada em São Paulo. E começamos a vasculhar o pessoal do PCC, quem está preso, cruzando informações — depois, o senhor vai ver os antecedentes, eu vou deixar essa cópia — de quem agia com quem. Então, hoje, nós temos um sistema, no computador, que se chama Aliases. Então, fulano fez um assalto, saem os parceiros com quem ele fez. Eu fiz um cruzamento e acabamos chegando a esse Roberto Ramos. E passamos a monitorar; então, vamos prendê-lo; ele seria o mandante; seria o terceiro homem do PCC, entenda-se terceiro homem, terceiro escalão, porque lá é uma organização que se dá determinada área para a pessoa cuidar; e ele se chama gerente. Então, são vários gerentes, mas todos têm o nível igual ao de terceiro homem. E ele era o terceiro homem de determinada área. E, no momento oportuno, em que já tínhamos levantado a vida, que ele era foragido da cadeia, aliás, aqui, a gente tem que citar 'foragido pela porta da frente', porque um marginal desse ter o direito de passar o Natal em casa eu acho um tremendo



absurdo, que eu nunca vi. E só no final do ano pegamos aquele maníaco da região da Universidade de São Paulo, da FAPESP, da Santa Casa de São Paulo, com trinta e tantos estupros, que também foi liberado no Dia das Mães para ver a mãe. Então, aqui fica uma indagação com os antecedentes que estão no processo. Como é que um homem desse pode ser solto? Mas estava na rua, foragido; era só prender. Montamos um esquema; ele tinha uma certa proteção — estava dentro de uma favela, na Vila Curuçá; e o pessoal se infiltrou — são policiais experientes que eu trouxe do DEIC — e acabamos pegando-o de surpresa, dormindo em casa; ele tentou fugir pelo fundo; foi preso e acabou. A gente viu que ele estava muito tenso no momento da prisão. Não aquela prisão normal do ladrão — que o ladrão, quando é preso, eles falam 'a casa caiu, caiu' —, mas ele estava muito tenso. Foi feita uma revista na casa. Então, no andar de cima — favela, barraco, mas, no andar de cima, uma escada —, a gente acabou achando esse artefato que seria semelhante a um míssil. O pessoal preocupado, até com o transporte se poderia detonar ou não, chamamos o pessoal do GAT, e esse míssil foi trazido. Ele foi autuado em flagrante, de acordo com o Estatuto do Desarmamento, e foi recolhido à carceragem de onde ele havia fugido — a cadeia pública de Lucélia. Então, há uma regra no PCC, que não se fala. Então, eles têm amparo, logo, já chega o advogado, ou só declara em juízo. Então, pela parte investigativa dele, pouco se vai saber — a gente tem que fazer os cruzamentos das informações —, e pouco se vai saber. E foi apreendido com ele o Estatuto do PCC, que é uma certidão de batismo. É uma coisa curiosa. Esse Estatuto é transscrito por um dos padrinhos; e três padrinhos assinam o documento. Então, ele tinha membros do PCC e um membro do Rio de Janeiro que estaria, já infiltrado, no PCC, para controlar tráfico de armas, tráfico de entorpecentes. Então, nós temos, aqui — Deputado, se o senhor me permitir, eu vou citar somente o vulgo, porque as qualificações estão no processo —, os padrinhos dele eram: Fumaça, Leque e Pé Vermelho. Esse Leque tinha ramificações no Rio de Janeiro junto ao Comando Vermelho. E a gente pegou esse Estatuto. No próprio Estatuto, estava dizendo que o PCC está com uma conexão com o Comando Vermelho — também tenho cópia a entregar para o senhor. E, daí, esse míssil foi analisado primeiramente pelo GAT. O GAT fez uma análise, uma perícia: ele é caseiro, ele contém pólvora branca, enxofre, amônia, alumínio. E a carcaça dele é uma carcaça, possivelmente — nós não tivemos aí colaboração necessária de se



chegar a isso —, havia um número de série escrito na carcaça do míssil e uma identificação raspada que se presume ser o símbolo de alguma parte das Forças Armadas. Pelo número de numeração, nós tivemos contato com o Exército — o Exército disse que não seria possível chegar à autoria. E é uma coisa que se está expandindo. Porque, nós, na segunda-feira, em Santa Bárbara D'Oeste, tivemos a apreensão de um míssil semelhante. Então, a coisa não parou, eles estão fazendo. O GAT nos deu um laudo do artefato que seria um artefato inativo. Então, eu falei: até vamos ter aí esse flagrante relaxado, mas como ele está condenado, tudo bem. Aí, fui ler o laudo: inativo por quê? Não tem explosivo, não tem carga explosiva? Estava inativo porque precisava de uma bateria de 12 volts e encostar os dois fios para ele disparar. Então, qualquer carro que ligasse, ele passaria para ativo. Então, achei um laudo péssimo. Providenciei ao Instituto de Criminalística um laudo adequado e, nesse laudo adequado, vimos que ele continha 500 gramas de material TNT, e que foi considerado como um artefato de alto potencial explosivo. Começamos, diante desses dados, fazer a conexão. Perguntamos ao preso por que ele não tinha se utilizado, que ele disse que estava há 30 dias com esse artefato, ele disse que não tinha utilizado porque esses equipamentos são usados pelas guerrilhas, pelas FARC, pelo MIR, e que ele estava aguardando instruções na cadeia para que viesse um perito operar esse míssil, porque eles não tinham preparo técnico. Então, viria uma pessoa de fora, que seria do MIR, que é Movimento de Esquerda Revolucionário, que o "I" é do espanhol *isquerda*, e as FARC, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. Então, estabelecemos uma ligação. O MIR foi o movimento do Norambuena, que fez o seqüestro do Olivetto, ele era terrorista dessa facção do Chile. As FARC teve uma ligação com o Fernandinho Beira-Mar. A gente estabeleceu: ou iria ser o Andinho, que é parceiro dele em vários seqüestros, ou iria ser o Marcola, que atuou com ele em alguns roubos de carro-forte, ou seria o Fernandinho Norambuena. Aí começamos a pesquisar. Tivemos acesso a um relatório da Divisão de Crimes Organizados da Polícia Federal, e nesse relatório narrava um plano de fuga do Fernando Beira-Mar, juntamente com o Comando Vermelho do Rio de Janeiro. E nesse plano o que eles fariam? Eles iriam provocar 4 ou 5 rebeliões em São Paulo, simultâneas em várias cadeias, e enquanto provocavam essas rebeliões, o pessoal ia atender à demanda dessas cadeias e contariam com a participação de 80 pessoas. O Fernandinho teria



pago 500 mil pela liberdade, e eles iam levar, em troca de libertar o Fernandinho, que foi por dinheiro, eles resgatariam o Norambuena, que forneceria a parte técnica para libertar, utilizar esse míssil, ele daria consultoria técnica, e libertariam pretendamente o Marcola. O Marcola, o intuito deles não era a liberdade. É o número 1 do PCC, ele está na cadeia. Descobrimos nas investigações que o Marcola abriu São Paulo para o Comando Vermelho do Rio de Janeiro na parte de drogas, e grande parte da facção do PCC era contra essa ligação do PCC com o pessoal do Comando Vermelho do Rio de Janeiro. O plano era matá-lo e ascenderia ao número 1 do PCC um elemento, o vulgo Bilica, que também já providencieia a qualificação para a CPI do nobre Deputado. Esse Bilica passaria a ser o número 1 do PCC, com a vantagem de estar fora, atender aos reclamos do PCC de que não deveria ter sido aberta guarda ao Rio de Janeiro, e atenderia a todas as necessidades, que o PCC está se fracionando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – O Bilica está solto?

O SR. ALDO GALIANO JÚNIOR - Não, o Bilica, eu vou chegar à história, ele foi assassinado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Marcola já acabou.

O SR. ALDO GALIANO JÚNIOR - Já acabou. Então, quando nós apreendemos o míssil, segundo declarações da mulher do Bilica, ele começou a cair na droga, em depressão, porque ele sabia que seria morto porque ele tinha traído a facção do PCC, e acabou sendo morto. Ele acabou sendo jogado do terceiro andar de um prédio, em Pitangueiras, no Guarujá. A princípio, pensou-se em suicídio, mas, depois, pelo laudo pericial, ele pulou enrolado em um *edredon*. Quer dizer, ninguém vai se enrolar e conseguir pular uma janela. Então, quando veio o laudo técnico, daí que se pairou a certeza de que teria sido suicidado, na verdade um homicídio. E a sua mulher declarou que ele tinha recebido ameaças, que ele ascenderia, tudo isso está no depoimento da sua esposa. E quem estaria coordenando esse resgate do Fernandinho Beira-Mar, tenho o nome de 3 também do PCC, nós temos a qualificação aí no processo, é o velho Orlando, seria o Bilica e um elemento do Comando Vermelho do Rio de Janeiro, o Máscara, que é uma pessoa, é o segundo do Comando Vermelho do Rio de Janeiro, muito ligado ao Fernando Beira-Mar. Ficamos sabendo, através das investigações desenvolvidas pela Polícia Federal, que o Beira-Mar iria para Assunção e, de lá, ele teria apoio logístico para ir para o



Chile ou para a Colômbia. Então, ele sairia por Assunção. E ele estava se associando... O Bilica, embora ele fosse da facção contrária a se associar com o pessoal do Rio de Janeiro, como fragmentaria o PCC, ele estava por trás se associando a uma pessoa do Rio do Janeiro, que se chama Roberto Soriano, também um dos cabeças da parte do Fernandinho Beira-Mar, que comanda o tráfico de drogas e o tráfico de armas. Então, ele estava traindo o próprio PCC em vista dos interesses econômicos, que são muito grandes, e já estava traindo e se associando a essa pessoa. Então, teria que eliminar realmente o Bilica para que não se chegasse, ou o Marcola teria mandado eliminar o Bilica pela traição. Seria de um lado ou de outro, porque o PCC está muito fragmentado. Agora, essa bomba aqui, o que chama a atenção, o difícil aí, hoje se fazer uma bomba... Nós estamos constantemente nas cadeias, e aí o Dr. Clóvis, que estava no GOE, acompanha. Hoje eles colocam um fertilizante, que eu não vou dizer o nome aqui, reservadamente eu digo à Comissão, e eles colocam com um copo de vidro na parede, cavam um buraco, eles pegam uma lâmpada do teto, tiram aquele bulbo de vidro, ligam um fio à bomba e serve de detonador. Então, tive duas tentativas de fuga que derrubaram a parede da cadeia, mas aquele dia acho que Deus estava com a gente. Tinha uma ocorrência grave e, quando a parede caiu do presídio, tinha do lado de fora 15 viaturas da Polícia Militar. Como estourou, eles deram de cara e voltaram para dentro. Então, às vezes, a gente precisa ter um pouquinho de sorte. Esse dia estávamos com sorte. Mas isso tem acontecido constantemente nas cadeias de São Paulo, e é um fertilizante que se compra aqui na esquina. Se eu sair aqui, qualquer loja de defensivo agrícola... E a técnica é esse detonador que eles bolaram, da lâmpada, que precisa, ela forma uma resistência àquele filamento e acaba acionando. Aliás, depois, nas pesquisas, conversando com o perito, viemos a saber que o atentado nos Estados Unidos que derrubou aqueles prédios em Nova Iorque, não as Torres Gêmeas, o anterior, foram dois caminhões desse fertilizante com o detonador que derrubaram os prédios. Então, há uma troca de informação muito grande. O crime organizado está se especializando muito em troca de informações, e essa troca de informações chegou ao Rio de Janeiro. Então, a gente, que fez alguns seqüestros e se envolveu em investigações em outros Estados, temos uma parceria muito grande com a Polícia Federal, então a gente sabe que



não é dizer o Rio é mais violento que São Paulo; São Paulo mais que o Rio. Não é competição. O Rio é mais violento porque há uma condição geográfica que favorece. O marginal atua aqui e ele, em um minuto, está no reduto dele na favela. Então, ele tem que ser um pouco mais violento pela condição geográfica, porque o crime organizado está no Rio e está em São Paulo, e está se infiltrando. Em São Paulo está fracionado. Hoje nós podemos dizer que o crime organizado virou um crime desorganizado, porque se criaram várias facções. Então, ele está fragmentado, mas está agindo. Hoje o PCC está com duas grandes dúvidas: nos associamos ao Rio de Janeiro ou não nos associamos. O Rio de Janeiro tem a facilidade de se esconder as armas. Essas armas vêm, geralmente, via fronteira, são armas roubadas do Exército. Eles, lá no Rio, atacam mais quartéis, tudo. Então, eles têm essa facilidade. Então, se casaria a venda de droga, que no Rio de Janeiro é bem mais barata que em São Paulo, daria em São Paulo um *over price*. Então, o que se compraria no Rio ele não precisaria trazer da Colômbia, não precisaria correr o risco do tráfico. Ela já viria para São Paulo num preço vendável, com bom lucro. Então, o interesse que partiu do PCC em se associar com o Comando Vermelho é isso: eles não precisariam fazer a parte operacional do tráfico. A droga chega muito mais barata ao Rio de Janeiro do que em São Paulo pelas condições geográficas que eu falei, não é polícia do Rio, não é demérito de ninguém. São condições geográficas mesmo que facilitam o crime. Então, a grande intenção de se associar é essa facilidade que o Rio de Janeiro tem. Então, o Comando, o PCC se fragmentou em São Paulo e passou a não ter acesso a armas sofisticadas, o combate de drogas foi muito efetivo em São Paulo, houve grandes apreensões, tanto da Polícia Federal como do DENARC, e eles acharam mais barato se associar e dividir os lucros. Isso, em termos de segurança pública, é péssimo, porque quanto maior a troca de informações... Nós não tínhamos, em São Paulo, movimentos revolucionários. São movimentos de guerrilha, que têm sofisticação para fazer esse tipo de equipamento, que é um equipamento adaptado. Praticamente de uma carcaça, eles desenvolveram um míssil com alto poderio. Então, nós não tínhamos essa técnica. Isso é técnica de guerrilha. E, no Rio do Fernandinho Beira-Mar, há as FARC que têm comunicação, nem tanto pelo Norambuena porque ele estava afastado da guerrilha já há 15 anos e não dariam cobertura para ele, esse movimento revolucionário, porque ele era carta fora do baralho. Ele só se utilizou dessa facção



política para ter um benefício de tentar ser extraditado para o Chile, mas ele já era carta fora do baralho. Então, essa esquerda do Chile não daria respaldo a ele em condições nenhuma. É que as FARC e o MIR são associados lá fora e eles protegem o Fernando Beira-Mar lá, que teve a ligação, foi preso lá, tudo, participou da guerrilha e financiou. Na guerrilha, corre droga, porque o pessoal vive na selva, tudo; eles trocam droga por armas. Então, nós não tínhamos trazido isso para São Paulo. Então, nesse caso, começou a chegar. Agora, na segunda-feira, em Santa Bárbara d'Oeste... Aliás, por coincidência, eu estou sendo transferido para a diretoria de Sorocaba, é um dos Municípios que fazem parte, e eu já vou me inteirar, foi apreendido um míssil semelhante. O que preocupa, os cabeças, que seriam os que viriam a atuar, terroristas que viriam detonar esses explosivos, eles estão soltos e não foram identificados. Isso é o que nos preocupa, é localizar esse tipo de pessoa, que essa pessoa tem especialidade...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Doutor, deixa eu fazer uma pergunta, para eu entender bem, só para ver se eu entendi. O explosivo utilizado é de fabricação caseira, digamos assim. Mas essa carcaça que eles usam, isso também, todo ele é fabricação...

O SR. ALDO GALIANO JÚNIOR – Não, não. A carcaça é militar. Foi apagada a marca...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Mas será que é...

O SR. ALDO GALIANO JÚNIOR – É, provavelmente, proveniente, porque ela está com o número de série gravado e foi apagada a marca e a facção do Exército. Ele foi lixado, o Exército...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Será que é nacional isso?

O SR. ALDO GALIANO JÚNIOR – Não. A carcaça são os mesmos mísseis utilizados na guerrilha pelas FARC, pelo MIR, e nós descobrimos que também nas guerrilhas do Oriente Médio, na Palestina. Então, essa carcaça é comprada pelas nossas Forças Armadas. Esse deve ser um material que foi vendido como sucata de ferro, e eles o reativaram, colocaram explosivo dentro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Isso é comprado pelas nossas Forças Armadas?

O SR. ALDO GALIANO JÚNIOR – Forças Armadas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – E para que elas querem a carcaça?

O SR. ALDO GALIANO JÚNIOR – Eu acho que...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Elas devem ter utilizado e venderam...

O SR. ALDO GALIANO JÚNIOR – Não, ela tem um prazo de validade. O que deve ter acontecido? São suposições para saber como isso chegou. Deve ter sido tirado todo o explosivo, como fez o GAT agora, mas só que o GAT destruiu a carcaça. Fez a perícia, tirou toda a parte explosiva, ficou só o metal. Esse metal deve ter sido vendido; perdeu prazo de validade em série do Exército, e o Exército pegou e acabou vendendo esse material como sucata, e o sucateiro, vendo que aquilo poderia ter uma utilidade, transferiu para a mão de bandidos. Tanto que a plataforma é caseira, totalmente caseira. E o próprio laudo diz aqui: se não tivesse um perito em explosivos para detonar, a pessoa morreria pela emanação de gases, pela fragmentação do metal... Então, o que eles contam? Até fabricar o equipamento, eles conseguiram, a marginalidade nacional mesmo. Agora, para detonar, eles teriam de ter um elemento de guerrilha. Por isso que ele ficou parado e não foi feito o resgate, porque eles não tinham quem detonasse com experiência.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Perfeito.

O SR. ALDO GALIANO JÚNIOR – E o grande problema foi esse. A grande preocupação que temos na investigação, porque fizemos toda a descoberta de todo o caminho que percorrem esses artefatos aí. A grande preocupação que temos hoje, de se alertar até, estamos trabalhando em parceria com a polícia do Rio, estamos trabalhando em parceria com a Polícia Federal, é achar, controlar a emigração de quem está vindo e tentar saber se tem passagem no Chile ou se tem passagem na Colômbia como guerrilheiro no passado, tudo, porque a pessoa que virá fazer, detonar esses artefatos...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Doutor, o senhor me permite de novo?

O SR. ALDO GALIANO JÚNIOR – Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Numa outra oportunidade, ouvimos aqui uma pessoa que falou que o PCC, se não estou enganado, tinha 150 fuzis, mas tinha dificuldade de ter pessoas preparadas para a operação; que estava inclusive



procurando áreas, e estariam vindo pessoas, se não estou enganado, a pessoa falou do Chile, para dar treinamento, diante da dificuldade em ter material humano qualificado para operar uma arma mais sofisticada. Então...

O SR. ALDO GALIANO JÚNIOR– Isso procede, porque há uma dificuldade. O senhor vê, a própria forma de segurar o fuzil. O senhor vê na *Globo*, que filmou favelas nesse assalto do túnel, são moleques que não têm experiência nenhuma com aquilo. E a arma vem; o problema é a dificuldade. Esses aqui, sim, dessa facção de que estou falando, porque eles eram especialistas em assalto a carro-forte, tinham uma parte sofisticada, conhecimento de explosivo. Esse, o bandido que está vindo aqui, o Roberto Ramos, ele não é um que vai atuar na frente; ele é responsável por arrecadar as armas e tem conhecimento técnico de explosivos para explodir o carro-forte para ter acesso ao dinheiro. Então, por ter essa facilidade, ele ascendeu... Vamos dizer, para nós, da polícia, seria um administrativo. Ele ascendeu ao crime por ser um bom administrativo. Então, é um dos poucos que ascendeu ao crime em São Paulo por ser um bom administrativo. Na maioria dos casos em que ele foi indiciado, ele participou da parte logística. Nos seqüestros feitos pelo Andinho, ele participou da parte logística; ele não participou do seqüestro, da ação. Ele cuidou do cativeiro, ele cuidou de uma série de coisas administrativas, da alimentação, da negociação, tal, mas não foi para a linha de frente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Relator, permite-me uma intervenção? Lógico que, por conhecer o sítio, faço a pergunta: por que o Roberto foi preso na 67.^a DP, que é de uma outra seccional, pela 2^a Seccional?

O SR. ALDO GALIANO JÚNIOR – Porque começamos a investigar, Deputado, os assaltos dos condomínios no 96, e esse Betinho, que é um que trabalha com ele, ele é um da nossa área, ali do Heliópolis; é o que domina a favela do Heliópolis. Então, isso se desenvolveu na Zona Sul. Esclarecemos lá, de 6 assaltos a condomínios em Moema e região, esclarecemos 5, e nos 5 os bandidos não tinham a mínima capacidade intelectual de fazer o que fizeram. Então, foi onde despertou ou só uma facção criminosa por trás ou há um bandido muito forte por trás, porque eles não têm condições nem de vender dólar, euro, toda essa sofisticação. Em alguns casos, eles levaram títulos, ações ao portador. Então o bandido normal, o ladrão que a gente fala, ele quer o dinheiro só e jóias.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Quero cumprimentar o Dr. Aldo e pedir desculpas ao Sr. Relator, porque, realmente, a 67^a, a delegacia onde ele foi preso, a área da 67^a, é bem longe da 2^a Seccional de Polícia. Então, foi um trabalho bem-feito da Seccional Sul de São Paulo.

O SR. ALDO GALIANO JÚNIOR – Obrigado, Deputado. Acho que as únicas ameaças de punição que tive, aliás, isso não me denigre, me orgulha, foi por invadir a área dos outros, porque falo que bandido não tem dono e eu vou buscar. Quando estava no GARRA, já fui buscar em Santos, já teve ameaça de sindicância, tal, mas a gente sempre contornou. Eu, com 32 anos, estou sem nenhum processo, sindicância ou punição. As minhas encrenças são sempre essas. Daí surge a ciúmeira, por que é que fui buscar...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Que é uma boa invasão de área, não é?

O SR. ALDO GALIANO JÚNIOR – É uma boa invasão. Fizemos um seqüestro no Paraná, fizemos na Bahia, fizemos em Santa Catarina...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – As minhas também, doutor. As minhas são por aí.

O SR. ALDO GALIANO JÚNIOR – É, a gente vai buscar. Só sei, estava comentando agora até com o Dr. Clóvis, falei que se passar os 75, estou com 52, vão ter de me aturar 23.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Doutor, olhe só, para seu conhecimento. Notícia de agora de manhã: *“Míssil explode perto de cadeia em Santo André. Um artefato semelhante a um míssil explodiu na manhã de hoje próximo ao Centro de Detenção Provisória de Santo André, na Vila Palmares. Estilhaços atingiram quatro prédios que ficam atrás da cadeia. Uma pessoa ficou ferida. (...) Os prédios foram evacuados pela Defesa Civil porque as estruturas foram abaladas. Os vidros das janelas ficaram estilhaçados. Quatro carros que estavam nas proximidades também foram atingidos pelos estilhaços. Um Fusca ficou totalmente destruído.”* Creio que pode ser algo parecido com isso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Só um minuto, Sr. Relator. Passo a Presidência ao Deputado Neucimar Fraga .



O SR. ALDO GALIANO JÚNIOR – Gostaria de dizer, Deputado, que esse caso que o senhor está citando, de Santo André, é próximo a Heliópolis, que seria o parceiro, seria o parceiro novo após a morte do Marcola, ele seria o ...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Ele fala em Tamarutaca. Favela Tamarutaca.

O SR. ALDO GALIANO JÚNIOR – É divisa ali com a região de Heliópolis. Há um Betinho, que seria o novo parceiro desse Bilica, que morreu, se eles tivessem sucesso em matar o Marcola. É na divisa ali. Esse Betinho domina toda a favela do Heliópolis em São Paulo. É o marginal mais ligado ao PCC e ao Comando Vermelho do Rio de Janeiro. Então, procede... É o que eu tento aí, no começo, até em termos de mídia, colocar que, num presídio de segurança máxima, eles estão com míssil. Quer dizer, teve uma conotação... Como isso vai sair na mídia e o que vai causar, mais prejuízo ou mais benefício? E fui sempre a favor de se dar para mídia. Por quê? Porque daí estamos, estou com uma parte investigando e a polícia não sou só eu. Isso ativa, aguça a curiosidade dos outros de ir prendendo. Então acho que policial deve ter a vaidade, quando ele termina o trabalho, de dizer: eu fiz alguma coisa bem-feita, mas ele não deve sonegar informações, querer ser o dono da verdade e querer fazer tudo sozinho. Então acho que, com a divulgação, acabou chegando subsídios da Polícia Federal, e conseguimos montar esse quebra-cabeça todo, que está havendo infiltração de movimentos revolucionários. Então, para nós, foi ótimo e, com esse caso, aguça. Nós já temos uma ligação de um elemento próximo, que é o Betinho, que é ligado a esse pessoal que nós prendemos. Então, eles estão ativos, é o que falei. O senhor vê, eles fizeram um equipamento à bússola, quer dizer, conseguiram uma bússola de precisão. Ela está no laudo aí. É toda artesanal. Mas o que ele me explicou? Por que precisava uma pessoa da guerrilha? Porque se lançasse muito alto, ele cairia no meio do pátio do presídio, explodia lá com o presídio, não iam tirar o preso e iam matar. E se errasse o alvo no muro, ou muito em cima, ou muito embaixo, eles não teriam acesso. Então, eles teriam que ter um elemento técnico, que é o pessoal de guerrilha, que age isso no tráfico, em prédios. Toda aquela série de mortes na Colômbia por explosões é o pessoal das FARC que fez para os traficantes, do Pablo Escobar, aqueles atentados. Então, se estabelece essa ligação toda e acaba aguçando. Tanto que nós acabamos chegando, tendo uma boa resposta da Polícia Federal, que nos



forneceu esse relatório, nos forneceu dados, porque senão seria para nós um míssil caseiro, que um bandido aprendeu fazer e fez, e estaria um caso encerrado. Está preso, pronto, acabou. O que aguçou foi a chegada de informações, que permitiram fazer essa ligação com o homicídio desse Bilica, em Santos... Quer dizer, montou um quebra-cabeça que abre um campo enorme de investigação. Uma coisa é investigar um; nós temos 20 aí para investigar, o Rio de Janeiro tem mais uns 8 ou 10. Quer dizer, abriu um leque enorme, que vai vir em benefício da sociedade.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – O delegado vai permanecer conosco aqui, não é? Acho, Presidente, que nós deveríamos trazer o indivíduo aqui, o Beto.

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – É, ele veio...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Eu digo trazer para cá, e o senhor vai ficar conosco aqui.

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – Fico.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Vai poder até nos...

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – É. Tem uma regra, até o Dr. Clóvis me disse, lá do PCC, e vai ser difícil ele falar. Vamos ver se ele fala, porque eles têm a regra lá. O advogado chega 15 minutos depois, e a regra lá é: só fala em juízo. Mas é um elemento que conhece toda parte operacional e administrativa do PCC. Se ele falar para nós, vai ser de uma grande valia em termos de investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) – Nós temos um Parlamentar inscrito, o Deputado Luiz Couto. Eu indago ao Parlamentar se ele gostaria de falar neste momento ou aguardaria a vinda do Roberto Ramos e, depois, iniciaria o debate. Então, com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Depois, nós perguntaremos.

Para entender um pouco, essa operação seria no sentido de libertar presos importantes: Fernandinho Beira-Mar...

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – Norambuena...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – ...e o...

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – ...e o Marcola, do PCC.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Marcola.

Eu queria entender essa vinculação PCC e Comando Vermelho. Como é que se deu isso aqui? Porque, em algum momento, a gente percebia que havia divergências entre eles. Essa relação, como é que se deu? Foi também porque



Fernandinho Beira-Mar, onde chega, faz aliança com esse grupo ou houve uma ação mais articulada para que isso acontecesse?

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – Não, Excelência. O que ocorreu, o tráfico no Rio de Janeiro ficou muito barato, foi estritamente econômico. Então, o senhor pegando a droga do Rio de Janeiro e trazendo para São Paulo, o traficante de São Paulo abre mão de toda parte operacional. Ele passa a comprar no Rio e trazer para São Paulo. Ela ainda dá uma margem de lucro enorme. Então, o que houve? Vamos nos associar ao Comando Vermelho porque vai sair mais barato para nós, e o lucro vai ser maior. Nós tiramos toda parte operacional. Foi estritamente econômico. Eu costumo dizer: o bandido é um comerciante do mal. A mesma sanha que o empresário tem, a garra de ganhar dinheiro numa atividade lícita, honesta e procurando as leis de mercado, o bandido também tem. Ele quer ganhar dinheiro. Então, o senhor veja que vão migrando para vários tipos de crime. Quando se fecha... Roubavam tíquetes, fizeram o tíquete eletrônico. Não adianta ele roubar, porque não vai fazer dinheiro. Então, vão migrando e descobriram isso: que dá uma margem de lucro de 50 a 70% se comprar a droga no Rio de Janeiro. Houve até uma separação na cúpula do PCC por esse motivo. O Marcola, que eles não iriam resgatar, o plano final era matá-lo para que esse Bilica, que foi assassinado, ascendesse ao primeiro nível do PCC, foi ele que abriu essa parceria com o pessoal do Rio de Janeiro, e uma grande facção do PCC é contrária a que o pessoal do Rio de Janeiro venha para São Paulo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Eu digo isso porque, no caso do Naldinho, também há uma disputa Comando Vermelho e PCC.

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR - Justamente estou aqui, não toquei nesse assunto, era o que faltava, e eu anotei e estava para lembrar. Com a morte do Bilica, no Guarujá, que ele foi jogado de um prédio, do terceiro andar, com essa morte começou uma briga com a quadrilha do Naldinho, que já resultou em 15 mortes do crime organizado entre Santos e Praia Grande. O grande problema hoje, eu até disse, usei uma expressão, o crime organizado em São Paulo, ele está desorganizado por esse motivo. Grande parte do PCC quer que se junte com o Comando Vermelho, e grande parte não quer essa infiltração do Comando Vermelho. Então, isso está uma grande briga pelo comando do PCC nacional.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E essas pessoas que foram assassinadas são mais do PCC, do Comando Vermelho, ou de ambos?

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR - Estritamente do PCC.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Do PCC?

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR - Do PCC. Agora, na ação de resgate, segundo o relatório da Polícia Federal, vinham 80 pessoas para o presídio de Presidente Bernardes.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deixa só eu ajudar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Esse Bilica foi morto em Santos?

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR - Guarujá.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E ele morava lá ou não?

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR - Morava, num apartamento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E ele tinha alguma coisa a ver com o Naldinho, aqueles...

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR - A ligação era justamente o pessoal que tinha a conexão no Rio de Janeiro...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Porque o Naldinho tinha conexão com o Rio de Janeiro, não é?

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR - É, mas era via Bilica. Foi no ponto que eu disse, Deputado, que, apesar de que eles iriam matar o Marcola, porque trouxe o tráfico do Rio de Janeiro, e grande facção seria contra o Bilica, ele já estava por trás traindo essa ideologia de ficar em São Paulo. Ele já estava associado ao Rio e já trazendo droga, que ele fornecia para o Naldinho.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tudo conectado?:

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR - Tudo conectado. O que preocupa foi justamente isso. Se hoje eles estão buscando essa tecnologia em movimentos de guerrilha, isso vai começar uma pirotecnia, porque eles estão aprendendo a mexer com isso. Hoje, os produtos agrícolas são os maiores explosivos. Com um mínimo de preparo, como tem essa pessoa que vai depor, ele detona o que ele quiser. Porque o Brasil, felizmente, não é uma terra de atentados, mas o mesmo produto usado nessa bomba aqui foi o que derrubou os edifícios nos Estados Unidos, só que



lá foi num caminhão inteiro. Puseram dois caminhões na garagem e derrubaram. Então, eles estão com uma tecnologia avançada de guerrilha.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Delegado, uma coisa que chama a atenção é que o PCC, no estatuto, é considerado como partido; ele se apresenta como partido.

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR - Como partido.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Um partido, e aí diz que os integrantes do partido devem dar bons exemplos a serem seguidos pela massa. Por isso, o partido não admite que haja estupros nem extorsão no sistema. Ou seja, o partido não admite mentiras, traições, inveja, cobiças, calúnias, egoísmo e interesse pessoal, mas sim a verdade, a lealdade, o respeito, a solidariedade, interesses comuns do bem de todos, porque somos um por todos e todos por um. Ou seja, é uma organização. E mais: o Primeiro Comando da Capital — está lá, no estatuto — tem coligação com o Comando Vermelho.

Eu queria entender... Tem aqui o tal do padrinho, eles falam no padrinho.

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR - Padrinho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Padrinho é Reginaldo Ramos Gonçalves. Aí tem: unidos venceremos, vulgo Fumaça.

Eu queria entender melhor a organização desse estatuto se vocês analisaram, porque nós temos informações de que essas organizações, dentro do sistema penitenciário, constituem-se como um partido, e talvez a desorganização seja porque também os partidos estão meio desorganizados, mas que eles também financiam campanhas, algumas campanhas políticas. Vocês investigaram alguma coisa nesse sentido?

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR - Não. Não chegamos a nenhuma conexão. O que a gente viu é que esses movimentos revolucionários da Colômbia, do Chile, Colômbia, por causa do narcotráfico, então, eles têm facilidade de arrumar dinheiro. Então, o que a marginalidade viu? Eles falaram: vamos passar a comprar a droga já da guerrilha, não do traficante. Por quê? Porque eles vão ter um respaldo da guerrilha, como tiveram. Isso foi, quem introduziu esse tipo de pensamento... Aliás, fui ouvi-lo na cadeia, fiquei impressionado com a inteligência e, quando vi, eu estava até rindo, parecia que era amigo. Em 15 minutos, falei: pô, estou me portando como se eu fosse amigo já do Fernandinho Beira-Mar, uma inteligência privilegiada. Se ele



usasse para o bem, ele estaria mais milionário do que se usasse para o mal. Mas eu fui entrevistar quem fez essa conexão com as FARC e surgiu com a idéia: vou me associar à guerrilha, a guerrilha tem droga, tem armamento, nos dão cobertura, vou me associar com ela, foi o Fernandinho Beira-Mar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Certo. E essa figura do padrinho? Como é essa figura na organização? Tem um padrinho ou é...

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – O padrinho... Esse documento que o senhor vê, eles dão o estatuto para a pessoa, e o padrinho é uma certidão de batismo, como se tivesse testemunhas. Quem é o seu padrinho? Quanto mais importante, quando ele exibe essa certidão, que é o estatuto do PCC com as dedicatórias no final dos padrinhos, quando ele exibe isso, a importância dele dentro da organização é pela qualidade do padrinho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Muito bem. Então, ele tem 3 padrinhos: Reginaldo Ramos Gonçalves, Unidos Venceremos, vulgo Fumaça; tem também Manoel Souza Siqueira, vulgo Leque, e o outro padrinho é Carlos Roberto Barbosa, vulgo Pé Vermelho. Vocês investigaram esses 3 padrinhos dentro do esquema?

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – Eles são segundo escalão do PCC.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Ah, segundo escalão.

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – Lá, vamos dizer assim, funciona... O terceiro escalão é o gerente, como eles falam. Isso estamos falando em outros casos que fizemos gravação, e se escutou a estrutura do PCC. O terceiro escalão é o gerente. Esses aqui seriam do segundo escalão, que coordenam cerca de 10 ou 12 gerentes. Então, ele entrou num nível de graduação já alta. É como se ele entrasse no Exército e já entrasse como coronel.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Quer dizer que há o comando geral, que são esses que decidem quem morre, quem vive...

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – Lá, a coisa, a traição, o senhor, com toda a realidade, expôs aí. O estupro, para o PCC, é considerado sentença de morte. Tivemos o caso de um desembargador que teve a filha estuprada, e pegamos a quadrilha e era uma facção ligada ao PCC. Então, a grande preocupação do preso era que ele iria morrer. Ele tinha ligação com o PCC e morre. O estupro, para ele, é considerado hediondo, na moral dos criminosos. Na nossa, muito mais, mas na dele também. Com a mesma moralidade que a gente tem, para eles é considerado



sentença de morte. O segundo motivo é a traição. Ali há uma escala de pagamentos que tem que ser honrada. O bandido vai fazer... O roubo de condomínio, por exemplo, eles contratam várias quadrilhas. A gente pegou 5 casos lá, tudo diferente, sob um mesmo comando, que são pagos. Então, eles roubam 50%, e 50% vão para o PCC, para o Comando Vermelho, e são distribuídos normalmente como lucro. Isso é uma contabilidade. Hoje, o que o PCC faz? Ele já não tem tanto, em São Paulo, para os crimes contra o patrimônio, o braço armado. Ele contrata quadrilhas de marginais comuns e eles fazem a parte logística — eles vão à padaria, eles aliciam o zelador, o porteiro, aliciam o pessoal da manutenção, do alarme. Então, quando eles entram, a câmara está virada ou foi cortado o alarme. Então, eles já sabem o ponto em que vão entrar, daí fica fácil o roubo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Essas organizações agem em crime de seqüestro também?

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – Agem. Esse aqui fez seqüestro. Ele era parceiro do Andinho, que foi um dos maiores seqüestradores de São Paulo. A princípio, pensamos que o resgate seria do Andinho, que é o parceiro dele. Estou deixando o processo aqui com as indicações. Pensamos que o resgatado seria o Andinho. Depois, com as investigações propriamente ditas do míssil, a origem do míssil, acabamos vendo que o alvo seria outro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Certo. E também no roubo de bancos? Também participavam de assalto?

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – O roubo de bancos caiu vertiginosamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Naquele roubo do Banco Central, ali foi uma coisa...

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – Certamente, terá uma conexão criminosa de logística.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Certo.

Duas questões para gente depois aproveitar, que são importantes entender para as questões que vamos fazer ao Beto. Foi verificada alguma conivência ou associação entre algum policial corrupto e essa organização?

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – Fatalmente, Deputado, no Rio, em São Paulo, no Brasil, em todos os setores, há uma contaminação. Então, são policiais que passaram para o outro lado, porque...



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – São bandidos com farda.

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – São, fatalmente. O senhor vê no Rio toda hora é preso. Em São Paulo, o índice de expulsão, tanto da Polícia Civil como da Polícia Militar, foi dos mais altos. Hoje a polícia está se depurando. Por quê? Porque o crime organizado, se a gente não se depurar, ele infiltra na polícia. Então, hoje, a polícia está se constituindo de homens sérios; a gente está depurando a polícia. Porque senão infiltra, nós vamos criar uma máfia no Brasil. Então, o índice de expulsão é enorme. Ontem, fui galgado ao cargo de diretor, foi minha primeira reunião de conselho. Então, cheguei lá tímido e tudo, a gente fala, o janelinha, que senta lá na ponta, foi o último a chegar. Eu vi como se vota uma demissão: é com o maior rigor. Nos casos em que foram votados de demissão de corrupção e tortura não teve um aparte. O Delegado-Geral abria e falava: aberta a discussão. Ninguém discutia; era votado por unanimidade. Então, a polícia está se depurando.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – E a última pergunta. O Bilica, disseram que foi suicídio porque ele voou do...

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – Do terceiro andar de um prédio.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Esse prédio pertencia a Naldinho ou não?

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR - Este apartamento está em nome de um terceiro, numa situação que não tem contrato de locação e não tem a origem, que está sendo investigada nesse inquérito policial. Ele tinha, efetivamente, o Bilica, uma forte ligação com o Naldinho e com o Betinho, que hoje aqui o Deputado acabou de me...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – O Naldinho é aquele de Santos?

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – De Santos. O Deputado me trouxe uma notícia aqui que lançaram um míssil desses numa cadeia de Santo André, agora há pouco. E esse Betinho, que é da quadrilha do Naldinho, a base dele, ele domina a favela do Heliópolis, que é do lado de Santo André.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Isso.

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – Então, praticamente, aí a coisa está se formando, uma facção criminosa maior e com mais poderio. O que mais preocupou a gente como policial foi a ligação com movimentos de guerrilha, porque o movimento



de guerrilha, que era uma coisa idealista na Colômbia e no Chile, ele passou, ele largou os ideais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Sócio do crime organizado.

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – ... para ser crime organizado. Então, com o tráfico hoje, eles, a título, a pretexto de fazer guerrilha, eles vão vender entorpecente e falam: não, isso é para fazer guerrilha. Como no Norambuena também, por que ele se utilizou de ser preso político? Estava fora de atividade há 15 anos no MIR. Quer dizer, ele se utilizou simplesmente para conseguir extradição para o Chile. O MIR não iria perder tempo com ele aqui, com certeza absoluta. Mas por quê? Ele tinha os contatos, ele deve ter trazido a idéia, junto com o Fernandinho e apoio das FARC. Os dois movimentos se apóiam, têm as mesmas ideologias no princípio, e ele conseguiu reunir as forças: a inteligência privilegiada do Fernandinho para o mal, um elemento que conhecia profundamente a guerrilha, porque participou dela, e falou: vamos trazer que o *knowhow* a gente tem

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Certo. A última questão mesmo. Não entendo muito de armas, nunca usei arma, mas um míssil, com uma ogiva como essa, qual a capacidade que tem de destruição e o raio?

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – Estou com o laudo aqui, Deputado. Ele poderia atingir uma distância de 1.800 metros. O grande problema era justamente por que não foi denotado, por que não fizeram antes o resgate. Era se acertar, porque se ele vai um pouco mais alto, ele cairia no meio do pátio, mataria todos os presos e não teria o resgate; se ele pegar em cima do muro ou em baixo, ele não daria acesso ao presídio. Segundo, ele seria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – E para isso que precisava do técnico.

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – Técnico. Ele, efetivamente... Um míssil, por si só, não resgataria o preso. Então, qual era o plano? Eles fariam 5, 6 rebeliões na área, o pessoal se deslocaria para atender a essa rebelião, eles estavam se juntando em 80 membros, entre PCC e Comando Vermelho, daria o impacto do míssil e eles iam tomar o presídio. Efetivamente, até por conhecer, que eu fui ouvir lá o Fernando Beira-mar, não teria possibilidade de resgate. O banho de sol é no meio, o presídio afastado...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – A não ser que tivesse um plano subseqüente.

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – Subseqüente. Não teria condições. E havia o plano subseqüente, porque as informações eram de que ele iria para Assunção, no Paraguai, e de lá ele iria para o Chile ou Colômbia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – É claro que, aqui no processo, ele fica calado, diz que só vai falar em juízo, mas vocês conseguiram identificar como é que se deu a fuga dele da Penitenciária de Lucélia?

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – É o que falei no começo, Deputado. Ele saiu incrivelmente, com que a gente acha, pela porta da frente, porque ele teve o direito de passar o Natal em casa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Indulto de Natal para esse bandido!

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR - Os grandes bandidos de São Paulo já estão presos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Tem algum agente penitenciário que serviu de Papai Noel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Não, foi com indulto de Natal mesmo, oficialmente. Só que ele saiu e foi embora.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Indulto de Natal foi?

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – Eu falei outro dia, até amanhã fui convidado lá, que a gente tem um bom relacionamento com o Ministério Público porque procuro fazer as coisas abertas. Fui convidado para o programa do Ministério Público, e eu disse lá, gravei até o programa, eu disse que o grande problema... Os grande bandidos estão presos. O problema são os indultos, que eles saem. Eles têm prazo de validade na cadeia. Então, isso fica complicado. Um bandido como esse aqui, tenho no processo, e até tomo a liberdade, vou mostrar para o senhor com todos esses antecedentes, esse bloco de folhas aqui, seqüestro e tudo, como é que um bandido desses vai passar o Natal em casa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Recebe um indulto.

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – Qual o psicólogo que assina um laudo? Qual o promotor que dá um parecer favorável? Qual o juiz que concorda? Qual o



critério? Há uma CPI do Tráfico de Armas, mas acho que a maior arma hoje que há é a incompetência do sistema penitenciário, porque o braço armado, ou bem ou mal, com o Estatuto do Desarmamento, quem tem arma ou é ladrão ou é polícia. Então, isso a longo prazo, 5, 6 anos, vai acabar. Já há um plebiscito instalado. Quer dizer, eu acho, creio que o objetivo da CPI é ver o grande tráfico, a quantidade que vem para o Rio, tudo. Eu de política sou nulo, só sei fazer polícia. Então, a gente vê que o grande problema hoje, a polícia prende, dois anos depois prende o mesmo, porque ele saiu — indulto de Natal, Dia das Mães... Então, eu me questiono: há lei? Há. Se a gente falar que a lei é ruim, é mentira. Há uma medida de segurança que o juiz pode pegar um condenado por um homicídio, com 6 anos, um homicídio simples, achar que tem periculosidade e deixar ele o resto da vida na cadeia. Então, a lei há. O que a gente se questiona é a qualidade do pessoal que faz um laudo psicológico; a falta de responsabilidade de um pessoal que assina um laudo desses pondo um bandido na rua; a falta de responsabilidade de um promotor que faz uma medida concordando que ele vá para a rua, e o juiz que manda pôr na rua.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Porque ele tem tantos padrinhos que pode ter outros padrinhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Agradeço ao Dr. Galiano todos os esclarecimentos e a boa vontade.

Reputo da maior importância esse depoimento do Dr. Galiano, porque, vejam que esse míssil foi apreendido há pouco tempo; um novo míssil foi apreendido em Santa Bárbara, e hoje explodiu um míssil em Santo André. Quer dizer, nós não estamos falando de um artefato; estamos falando de vários artefatos que começam a chegar ao Brasil. Realmente, é para ficarmos muito preocupados. Quando bandidos começam a usar armas de guerra no Brasil é um negócio muito complicado. Porque, veja, míssil com alcance de 1.800 metros, isso é míssil de guerra! Se lança um míssil a quase 20 quarteirões de distância, e ele vai lá e atinge a penitenciária! Quer dizer, é uma coisa que não se imaginaria nem de longe que aconteceria no Brasil agora, na nossa época.

Pois não, Deputado Paulo Baltazar.

O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR - Sr. Presidente, primeiro, estou estarrecido com essas informações, que são da maior gravidade. E não é só um



presídio. Imagine que, agora, eles podem fazer um ataque contra uma delegacia, uma estrutura do poder instalado, evidentemente, porque têm condições de fazê-lo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Permite-me, Deputado, acho que o senhor tocou exatamente... Eles têm já as condições materiais; eles não têm ainda, ao que tudo indica, capacidade técnica de operar, se é que posso fazer essa afirmação, doutor.

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – Pode, tem toda a procedência.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Nós temos ainda um tempo para, se tivermos capacidade de ação, de alguma forma, reagir. Agora, depois que eles estiverem treinados, com pessoal qualificado, com material bélico, aí nós vamos estar diante...

O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR – A pergunta que fica é a seguinte: quando vão fazer? Porque, fazer, vão fazer.

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – Fizeram agora, em Santo André, na cadeia.

O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR – Então, é esta: onde vai acontecer?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Atacaram uma delegacia.

O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR – Exatamente.

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – Aliás, eu vou me interessar aqui justamente por isso. Porque eu venho me indagando, desde o começo da investigação, quando vem esse pessoal de fora. Nós chegamos à estrutura criminosa de São Paulo e Rio, agora teria que vir a pessoa de fora. A minha pergunta é: quando viria ou se já veio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Veja, Deputado Paulo Baltazar, nós evoluímos como? Antes era feito assalto com revólver; passou a se fazer com escopeta, com AR-15, com M16 e outro, com .30, com .40, com granadas, com minas, e nós já estamos no míssil.

O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR – A situação é extremamente grave.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Quer dizer, é uma coisa que, se não dermos um basta agora, vamos viver uma guerra civil em pouco tempo.

O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR – Com certeza.

Acredito que essa questão abordada pelo Sr. Aldo é extremamente importante, porque nessa transição pode se confundir, inclusive, o crime organizado



puro e simples com uma falsa ideologia, como ocorre com o PCC, que é um partido e começa a se entranhar por outras estruturas. É um partido, é isso, é aquilo. Eu acho que essa infiltração é extremamente grave.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Aliás, eu vou pedir ao Deputado Neucimar Fraga que programe uma reunião nossa com os Ministros da Justiça e da Defesa. Creio que é urgente, num momento como este... Talvez o Deputado Pimenta também possa entrar em contato com o Vice-Presidente e o Relator, para que nós possamos marcar essa reunião com o Ministério da Defesa, mas trazendo também o pessoal do Exército responsável por essa área, e o Ministério da Justiça, trazendo também o pessoal responsável por essa área. Então, vou pedir ao Deputado Neucimar e ao Deputado Pimenta que, entre si, cada um pode entrar... Nós podemos até marcar lá a audiência, mas temos que fazer a audiência. Para mim não faz diferença se vai ser aqui ou lá, mas é preciso uma audiência entre membros da CPI, das Forças Armadas, da Polícia Federal e com os Ministros também, juntos.

Portanto, considero esse assunto da maior gravidade e ofereço essa sugestão à CPI. Se alguém quiser discutir, a discussão está aberta. (*Pausa*.)

Não havendo quem queria discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

Aprovado.

Agradeço ao Dr. Galiano a colaboração. Veja que, da sua entrevista, vai sair muita coisa.

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – Obrigado, Deputado. Eu queria passar às suas mãos a documentação toda que eu providenciei e saudar todos os Deputados. Acho que, antes de tudo, a nossa vinda aqui é um reconhecimento do trabalho da polícia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Sem dúvida.

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR – E o Deputado, como nosso delegado com cadeira na Câmara dos Deputados, o que muito nos orgulha, e que sempre tem estado do lado da nossa classe, que é uma classe sofrida, a gente, o reconhecimento...

Polícia só sai na imprensa falando mal, que foi para a cadeia, que a polícia é corrupta e tal, mas a imagem mudou, a gente quer transmitir isso. Aproveito o



momento aqui para dizer que houve um reconhecimento de um trabalho, que não é meu, é do investigador, é do carcereiro, é do agente que foi amassar barro na favela; a gente quer aproveitar este momento aqui e parabenizar o Deputado, vocês, que reconheceram o nosso trabalho, e dizer que a polícia está se depurando. Isso aí não vai se depurar em 2 anos, em 3. Mas em 4, 5, 10, nós teremos uma polícia altamente confiável. Hoje ela já é confiável. Então eu queria agradecer por esse pequeno momento e dar um abraço, até quebrando o protocolo, no Deputado Presidente desta Comissão, que sempre nos protegeu e deixou esta Casa aberta aqui; sempre procurou trazer algum trabalho efetivo que a polícia fez. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado, Dr. Galiano. Parabéns pelo trabalho e desejo felicidades no seu novo chamado.

O SR. ALDO GALIANO JUNIOR - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Agradeço também ao Dr. Clóvis, que está aqui conosco.

Bom, Deputada Laura, só para ter uma idéia a que nível chegou a situação — e eu convido V.Exa. a sentar-se conosco aqui, um míssil, em plenas condições de uso, foi apreendido há pouco tempo, algumas semanas atrás. Outro foi apreendido há dois dias em Santa Bárbara e, hoje, explodiu um numa delegacia. Foi muito bem dito pelo Deputado Paulo Baltazar e o Relator, imagine isso agora na mão das organizações criminosas. Como podem explodir presídios, podem explodir prédios públicos.

Então nós fizemos aqui uma votação e chegamos à conclusão de que temos que fazer urgentemente uma reunião com o Ministro da Defesa e o Ministro da Justiça para que possamos tratar desse tema. Porque o nível a que estamos chegando pode beirar a guerra civil, se a gente deixar que isso aconteça, inclusive com essa evolução terrível que nós estamos vendo, que foram para AR-15, foram para o M16, foram para a granada, foram para a mina terrestre, já estão no míssil. Quer dizer, onde vai acabar essa verdadeira evolução do crime organizado, que vai nessa escalada louca?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, primeiro peço desculpas, mas, como V.Exa. sabe, coordeno a bancada do PFL na Comissão de Orçamento. Estábamos votando o PL nº 29, que trata de recursos para todos os



Estados da Nação e, ao mesmo tempo, tendo notícia, mais uma vez, de que o Governo Lula descumpriu acordo com este Congresso, vetando o acordado para hospitais universitários, agricultura, servidores, o aumento linear de 1,94 no mínimo em relação ao PIB *per capita* para todos servidores da União, enfim, foi uma reunião complicada, pesada e, por isso, eu me atrasei.

Sr. Presidente, lembro que tudo isso começa com o primeiro míssil. O primeiro míssil era em direção... Bom, dizia-se à época, pelas investigações feitas não só pela polícia, mas também por alguns companheiros da imprensa, de que aquele primeiro míssil surge exatamente na tentativa de livrar Fernandinho Beiramar da prisão. Então, diria a V.Exa. que a última coisa que falta é desenterrarem a tal ogiva que o Presidente Sarney falou no *Fantástico*, quando disse que esse era o grande segredo do seu Governo. Então é o único que falta, Sr. Presidente.

V.Exa. tem razão, essa é uma matéria absolutamente grave. Eu acho que os assuntos investigados pelas CPMIs do Mensalão e dos Correios são muito importantes para a Nação, mas não podemos deixar que esta Comissão seja esquecida. Talvez não tenhamos a mídia, e também não precisamos da mídia. Aliás, nunca precisamos dela. Sempre trabalhamos independentemente dela. Mas eu não tenho dúvidas da importância da decisão desta Comissão. Com certeza, V.Exa. e o Relator a conduziram no sentido de que nós possamos não só ir ao Ministro da Justiça, não só ir ao Ministro da Defesa, mas efetivamente, e aí V.Exa. vai se lembrar que nós fizemos isso no Governo Fernando Henrique, no começo do Governo Lula e vamos ter que fazer novamente: ou nós nos preocupamos efetivamente com as fronteiras brasileiras, com a entrada das armas pelas fronteiras brasileiras, ou a gente está falando de míssil e daqui a pouco a gente vai falar, sabe Deus, de bomba nuclear ou de minibombas ou, sei lá, de que sistema esse povo inventa. Então, nobre Presidente, eu peço desculpas à Comissão e agradeço as palavras de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Obrigado, Deputada Laura Carneiro, nossa Vice-Presidente. Queria aproveitar, enquanto há o deslocamento do Roberto Ramos, queria colocar em votação a ata que foi distribuída a todos. Indago se há necessidade da leitura da ata.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Solicito dispensa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Obrigado, Deputado Luiz Couto. Dispensada a leitura, coloco a ata da 39^a reunião em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Há alguns requerimentos. Há o requerimento do Deputado Colbert Martins, que querer seja ouvida a Comissão e convidado o Sr. José Roberto Sagrado da Hora, Delegado de Polícia Federal, vinculado ao problema do tráfico de armas também.

O Deputado Colbert Martins estava presente, mas eu acredito que não tenha...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, o Colbert estava na Comissão de Orçamento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – São armas que foram entregues e que depois encontradas nas mãos de bandidos. Então, esse o Delegado que o Colbert está solicitando que possa vir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Ótimo. Então, dada a explicação do Deputado Luiz Couto, coloco em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*) Requerimento nº 140/05, item 1 da pauta, do Deputado Colbert Martins.

Aprovado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Pela ordem, Sr. Presidente. V.Exa. também podia pensar. Nós combinamos com o Deputado Colbert, em função daquela investigação do ônibus, lembra?, que nós tínhamos de fazer visita à Feira de Santana por conta daquele homem que era dono dos... Como é?

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA – Luiz, do caminhão da uva.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Nós, inclusive, já aprovamos uma diligência.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Uma diligência, mas, talvez, fosse importante a gente pensar em marcar...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Mas era importante o Deputado Colbert estar aqui para a gente poder marcar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – É ele tem cobrado, por isso que estou falando. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Mas não teria problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Item 2 da pauta – Requerimento nº 141 do Deputado Moroni Torgan, que solicita à Primeira Vara Federal Criminal da Justiça e Federal do Estado do Rio Grande do Sul informações sobre a operação Serra Luz-Nóia.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao nobre Deputado Moroni Torgan.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) – Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...por acaso os Requerimentos 2 a 8, todos são de autoria do Deputado Moroni Torgan. Gostaria de solicitar que eles fossem votados em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) – Nós vamos, então, abrir discussão da proposta feita pelo nobre Deputado Paulo Pimenta, para que nós possamos votar os Requerimentos de nºs 2 a 8 em bloco.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Faremos, então, a votação em bloco dos itens 2 a 8 da pauta.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Eu posso dar uma breve explicação de cada um.

O item 2 seria justamente sobre a operação Serra Luz-Nóia, que foi justamente uma operação sobre tráfico de armas também. O item 3 tem a ver com operações também nesse sentido de tráfico de armas. O item 4, eu gostaria de tirar porque é uma votação de sigilo. Então, nós temos de fazer separado. O item 5 é o Miro, que também vai ser convidado, envolvido com esse problema de tráfico de armas. O Vitório, item 6, também a mesma coisa. Item 7 são todas as pessoas identificadas nessa operação que foi feita pela Polícia Federal. E o item 8 também.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Faremos, então, votação separada do item 4 da pauta, Requerimento nº 143, do Deputado Moroni Torgan, que requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Paulo Roberto Monteiro.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao nobre Deputado Moroni Torgan.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – Esse requerimento foi devidamente embasado. Ele prestou, inclusive, depoimento, se não me engano, aqui. Esse foi justamente aquele que prestou depoimento acerca de armas com números raspados e foi preso, na posse dele, o Paulo Roberto, e que tem a suposição e indícios de que ele seja fornecedor de armas para quadrilhas que atuam naquela região. Então, essa é a explicação que eu tenho a dar a V.Exas. O depoimento caiu em várias contradições, não explicou origens de armas raspadas, de armas furtadas, que, inclusive, foram encontradas lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Agradeço ao Deputado Neucimar Fraga a condução dos trabalhos. Tem sido sempre muito bom contar com Vice-Presidentes eficientes, como a Deputada Laura Carneiro e o Deputado Neucimar Fraga.

Convoco, então, para prestar depoimento, o Sr. Roberto Ramos. Pode adentrar à CPI e sentar-se ao lado do Deputado Neucimar Fraga.

Peço à segurança que possa estar aqui atenta, mas possa retirar as algemas, por favor.

Peço para trazer água ao depoente, por favor.

Sr. Roberto Ramos é o senhor?

O SR. ROBERTO RAMOS – Sim, senhor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – O senhor gostaria de fazer o compromisso de dizer a verdade ou não gostaria de fazer? É a sua escolha.

O SR. ROBERTO RAMOS – Desculpa, eu não entendi a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – O senhor gostaria de fazer o compromisso de dizer a verdade ou o senhor não gostaria? Se gostaria de fazer o compromisso, que é praxe a quem depõe na CPI, é só fazer a leitura dessa frase.

O SR. ROBERTO RAMOS – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Eu agradeço ao senhor. O senhor está aqui por uma preocupação básica que temos com respeito principalmente a esse míssil encontrado na sua residência. Correto isso?

O SR. ROBERTO RAMOS – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Primeiro, quero agradecer a sua presença, e tudo o que o senhor puder nos ajudar vai ser importante. Vamos, então, informar às autoridades a colaboração que o senhor está dando a uma CPI da Câmara Federal, no sentido de podermos batalhar contra o tráfico de armas. Na verdade, o maior interesse nosso não é o caso específico de qualquer um, mas seria vetarmos que armas clandestinas entrem no País para causarem dano à vida de criança, de jovens, coisas desse nível.

Então, o senhor está aqui na qualidade de testemunha, de alguém que pode colaborar com esta CPI.

Diante desses aspectos, o senhor tem alguma coisa para falar preliminarmente ou prefere que os Deputados perguntuem e o senhor responda?

O SR. ROBERTO RAMOS – Prefiro que perguntuem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Que perguntuem e o senhor responde.

Pela ordem, o primeiro a perguntar sempre é o nosso Relator, ao qual eu dou a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Sr. Roberto, 30 anos, é isso?

O SR. ROBERTO RAMOS – Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Estudou, Roberto?

O SR. ROBERTO RAMOS – Estudei até a 6^a série do 1^º grau.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Natural de onde?



O SR. ROBERTO RAMOS – Desculpe, não entendi.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Natural, nasceste...

O SR. ROBERTO RAMOS – São Paulo, Capital.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Trabalha?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Nunca trabalhou?

O SR. ROBERTO RAMOS – Já trabalhei sim, senhor. Já trabalhei.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Trabalhou onde?

O SR. ROBERTO RAMOS – Trabalhei como *office boy*, trabalhei como vendedor de lojas de calçados.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – A primeira vez que tu foste preso foi nesse episódio que tu saíste no indulto do Natal? Já tinha sido preso antes ou não?

O SR. ROBERTO RAMOS – Já estive preso antes.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Acabou se envolvendo bem novo com essa situação?

O SR. ROBERTO RAMOS – Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – É. Depois que se envolve, fica difícil de...

O SR. ROBERTO RAMOS – Desculpe, eu não...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Depois que se envolve, fica difícil de sair, não é?

O SR. ROBERTO RAMOS – Porque há a dificuldade de ser aceito pela população na rua, o cidadão mesmo. Difícil aceitação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Conseguir emprego...

O SR. ROBERTO RAMOS – Difícil.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Você é casado, tem filhos?

O SR. ROBERTO RAMOS – Eu tenho filhos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Esse episódio — foi preso com um artefato — sabe disso?

O SR. ROBERTO RAMOS – Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Um míssil. O que tu tens a nos dizer a respeito disso? Foi tu que fabricaste esse míssil?



O SR. ROBERTO RAMOS – Não, não. Quem fabricou eu não tenho conhecimento. O que eu tenho conhecimento do que foi pego comigo foi apenas que eu estava... Foi pedido para guardar, me pagaram uma certa quantia para mim estar guardando isso durante 8 dias na minha residência; quer dizer, que ficasse na minha posse durante 8 dias.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Perfeito. Quem é que te contratou para fazer isso?

O SR. ROBERTO RAMOS – Eu conheci, esses 6 meses que eu fiquei na rua, devido a ter abandonado a ala de progressão do regime semi-aberto, eu conheci uma pessoa na rua, lá numa festa livre de quermesse, no bairro onde moro, e conheci lá, e ele me ofereceu esse dinheiro para estar guardando esse...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – A informação de que dispomos é que tu és uma pessoa que tem conhecimento técnico nessa área. Tu sabes mexer com esse esquema de explosivo?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, senhor. Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tem conhecimento nessa área?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, nunca nem tinha visto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eletricidade?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, senhor. Nada.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Não tens experiência nesse tipo de atividade?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Qual era a utilização que seria dada para esse...?

O SR. ROBERTO RAMOS – Eu não tenho conhecimento devido a eu ter conhecido essa pessoa esse tempo que eu fiquei na rua. E a única coisa que eu conversei com ele foi isso daí de ele ter pagado um valor, uma certa quantia para eu poder estar guardando isso aí para ele. E não especificou para que era.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O depoimento que tu prestaste em outras oportunidades, junto à polícia, tu chegaste a relatar que esse míssil seria utilizado para libertar o Andinho.

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, senhor. Nem o conheço. E eu nem dei depoimento no dia da minha prisão. Eu não dei o depoimento na delegacia.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Tu não deste depoimento na polícia?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não. Eu usei daquele direito de permanecer calado, só em juízo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – V.Exa. me concede um aparte, Relator?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Claro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Bom, para quem não entende nada do assunto, pelo menos de Direito Penal entende muito.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Roberto contou que o míssil foi comprado de traficantes do Comando Vermelho do Rio.

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, senhor. Não tenho conhecimento disso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Ele disse ainda que o artefato não tinha sido utilizado, porque não tinha uma pessoa especializada para operar o equipamento.

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, senhor. Não falei isso. Não falei isso aí, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Não falou?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Eu acho assim, Roberto: esta CPI não está aqui para te investigar. O que nós estamos investigando são armas, munição, entrada ilegal de armas no Brasil, contrabando. Tu foste preso, tu estavas com o estatuto do Primeiro Comando da Capital no bolso.

O SR. ROBERTO RAMOS - Inclusive sobre isso daí eu comentei apenas com o policial que me prendeu que veio junto com o artefato aí, veio junto, foi entregue junto para eu estar guardando junto, mas não era meu.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não era teu?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, o que eu quero te dizer é o seguinte: esta CPI, ela pode ser um espaço que pode te ajudar; quer dizer, aqui é um oportunidade que tu tens perante as autoridades de colaborar.

Nós sabemos que essas pessoas com as quais tu estás envolvido fazem uma pressão muito grande. Nós sabemos quais são as regras. Agora tu viste o que aconteceu com o Bilica? Bilica, não é?



O SR. ROBERTO RAMOS - Não, não conheço.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não conhece?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não conheço.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tu não sabes quem é Bilica?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - “Suicidaram” ele. Então aqui é uma oportunidade. Por que é que te chamam de Beto Bomba?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, senhor, nunca tive esse apelido.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Por que é que o senhor aceitou então guardar o artefato dele? Não sabia que era crime isso?

O SR. ROBERTO RAMOS - Eu tinha conhecimento que seria o crime, né, que seria ilegal, mas eu estava precisando do dinheiro devido a eu estar foragido e não tinha como arrumar um dinheiro para mim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Há várias notícias aqui onde, inclusive, tu confirmas que essa arma foi adquirida, fala sobre o Gilberto Oliveira Filho. Tu sabes quem é o Gilberto Oliveira Filho?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não sabia que ele tinha caído da janela do apartamento onde ele vivia em Guarujá?

O SR. ROBERTO RAMOS - Também não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não sabia que esse míssil aí poderia ser utilizado para tentar ajudar na fuga do Fernandinho Beira-Mar?

O SR. ROBERTO RAMOS - Também não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Já ouviu falar do Fernandinho Beira-Mar?

O SR. ROBERTO RAMOS - Já ouvi falar dele pela televisão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não o conhece?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não o conheço.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Por enquanto é isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Como autora do requerimento da convocação, passo a palavra à Deputada Laura Carneiro.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Roberto, vou tentar fazer umas perguntas em função de alguns dados que a gente tem de você. Mas antes queria ler uma matéria aqui para você e para a Comissão. Acho que todos se lembram que nós tivemos aqui Marquinhos Niterói. Esteve aqui conosco o Marquinhos Niterói, fez um depoimento. E Marquinhos Niterói seria, no Rio de Janeiro, tanto que estava condenado em Bangu 3, um dos novos prepostos do Fernandinho Beira-Mar no Estado, na cidade do Rio de Janeiro, especialmente na região metropolitana. E esse homem, Roberto, o Marquinhos foi morto no dia 14 de setembro, logo depois que esteve aqui na CPI, com 30 estocadas, em Bangu 3. E diz aqui a matéria do jornal *O Povo*: “A Polícia Federal investiga a hipótese de Marquinhos Niterói ter sido assassinado a mando do traficante Luís Fernando da Costa, Fernandinho Beira-Mar, que está preso na carceragem da PF em Brasília. Ex-aliados, eles teriam tido um desentendimento.”

Lá na frente diz que o Marquinhos Niterói chegou a dar um tapa na cara de Fernandinho Beira-Mar, antes de eles estarem presos.

Eu e o Deputado Moroni, Deputado Paulo Baltazar, os outros só não estavam porque não eram Deputados ainda, tivemos a oportunidade de participar da CPI do Narcotráfico. E, especialmente, eu e o Deputado Moroni trabalhamos diuturnamente, ao lado do Deputado Wanderley Martins, à época, diuturnamente no caso Fernandinho Beira-Mar. Para você te ruma noção, Roberto, eu passei 4 meses sem poder entrar no meu Estado, porque eu sou do Rio de Janeiro, sem poder chegar perto da minha casa, junto com a minha família, ameaçada de morte. Então, fico imaginando que você também deve estar morrendo de medo, com razão. Mas digo que você tem duas opções. Vou fazer minhas perguntas em função disso: ou você começa e entende que ao chegar aqui você nos ajuda, para que de alguma maneira, se você quiser a gente transforma a reunião em reservada, e nos ajuda, ou eu tenho medo, e aí sim o Presidente pode pedir de alguma maneira proteção para sua vida, ou eu tenho medo do que pode acontecer. Pelo menos você pede para mudar de lugar lá, porque esse povo não é fácil, não.

Explica-me uma coisa. Você disse, pelo que eu vi anos autos da prisão em flagrante, você é um rapaz de 30 anos, só fez primeiro grau.

O SR. ROBERTO RAMOS - Tenho 30 anos.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Trinta anos. Só fez o primeiro grau, nunca foi indiciado por uso de droga nem de álcool, nenhuma droga proibida, também nunca foi pego bêbado fazendo nenhuma ação, solteiro, não é isso? Não tem filhos

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, tenho filhos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não, mas tem filhos.

O SR. ROBERTO RAMOS - Eu tenho filhos. É que eu nunca casei no papel.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sim, mas você mora com alguém?

O SR. ROBERTO RAMOS - Moro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Mora com uma moça?

O SR. ROBERTO RAMOS - Morava, não é?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Morava, né? Então, olha só quanto prejuízo: você morava, tinha seu filho, sua vida. Estava desempregado? Mas estava batalhando para ser empregado. Estava, não é?

O SR. ROBERTO RAMOS - Isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Aí você disse para o nosso Relator que você não tinha nada a ver com a história, não sabia de nada. Aí me explica o que é que o estatuto do PCC estava fazendo na sua casa?

O SR. ROBERTO RAMOS - Foi como eu já disse para o senhor ali, ele foi entregue para mim junto com o artefato ali para eu estar guardando e...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – O estatuto?

O SR. ROBERTO RAMOS -...depois ele ia estar retirando. Estava junto.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Deixa eu só dizer: está aqui a cópia do estatuto. Não é um documento que ia ser impresso para ser... Não, é um documento à mão, para você ler, você ter em casa, não era um documento que você... que precisava estar guardado junto com o artefato para distribuição em massa. Não, era um papelzinho escrito à mão com os, digamos, os ditames básicos do PCC. E isso você não vai convencer nenhum de nós, nenhum, não adianta, de que isso não era seu. Eu não tenho o estatuto do PCC na minha casa, nenhum de nós aqui tem, só tem o estatuto do PCC que é da organização, e é natural. Vamos pensar que a organização é desse tamanho aqui, é uma pirâmide, tá? Vamos supor que isso fosse uma pirâmide. Você está aqui na organização. É por isso que eles



usaram e puseram na tua casa, porque o cara que está aqui na organização não coloca na casa dele.

Essa mesma organização que colocou esse artefato na sua casa, esse míssil que mata muitas pessoas ao mesmo tempo, não está preocupada com você que está aqui na organização, que deve ter levado um dinheirinho mesmo, que eu acho que foi isso mesmo, você não está mentindo, não, você levou uma merreca.

O SR. ROBERTO RAMOS - Foram 1.500 reais.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então, viu? Tá vendo? Merreca, para guardar na tua casa. Eu nem li, porque não deu, acabou de chegar, não dá nem para ler, mas tenho certeza de que foi uma merreca: 1.500 reais. Olha só a pirâmide: você com 1.500 reais e um míssil. Quanto é que você acha que custa um míssil? Quantos milhões? Especialistas, Moroni, quanto é que custa um míssil? Eu não sei nem dizer. Quantos milhões, vocês que são especialistas? Os policiais e os nossos assessores? Custa 1 milhão de dólares, 2 milhões, 3 milhões, quantos milhões custa? É tão caro que a gente no Brasil não tem nem dinheiro para isso, mas deve pagar todo... Não, ele pronto, bonitinho assim?

O SR. ROBERTO RAMOS – Duzentos mil dólares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Um míssil bom 200 mil dólares.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Duzentos mil dólares. Duzentos mil dólares são 500 mil... Nossa, é muito dinheiro, 500 mil reais. Quinhentos mil reais, você levou 1.500. Estou falando de 500 mil, você levou 1.500. Podem levar a sua cabeça junto, a sua família junto. E mais: vamos supor que não levem nada, te protejam. Quantos anos você acha que vai ficar preso?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não faço idéia.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Imagina: formação de quadrilha, tráfico de arma, porque não foi feita, propriedade, porque vai ficar na sua conta, é sua. Daqui a uns 20, 25, quanto é que dá, chefe, mais ou menos, V.Exa. que é especialista em número?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Com formação de quadrilha, chega a uns 20.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Claro, uns 20. Mil e quinhentos reais, você está aqui na pirâmide e 20 anos de cadeia. Então, a opção é sua. Vamos continuar.

Segundo consta aqui, além do estatuto PCC, foram apreendidas com você outras armas. O que mais tinha, além do míssil?

O SR. ROBERTO RAMOS – Nenhuma.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Nenhuma arma?

O SR. ROBERTO RAMOS – Nenhuma.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – E aí como é que foi? Conta para mim, finge que você está num filme, eu sempre digo isso. Finge que você está contando um filme, uma historinha para a gente. Conta a história. Aí o pessoal chegou lá...Por que chegou lá? Como é que chegou?

O SR. ROBERTO RAMOS – A polícia, a senhora diz?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – É, a polícia mesmo.

O SR. ROBERTO RAMOS – A polícia chegou lá por volta das 10, 10 e meia da manhã, na minha casa. Invadiu minha casa, me pegou deitado, me algemaram e me colocaram na viatura particular deles.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Ah, e o míssil? Levaram junto?

O SR. ROBERTO RAMOS – O míssil eles levaram.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – É claro, não é? E aí perguntaram o que para você? Como é que você está com o míssil aí, companheiro, “porra”. Foi assim? Como é que foi?

O SR. ROBERTO RAMOS – Foi mais ou menos dessa forma e foi igual eu respondi para o senhor aqui...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Está bom.

O SR. ROBERTO RAMOS – ...que eu tinha conhecido o rapaz e ele me passou no período desses 6 meses que fiquei na rua.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sim. Esse rapaz que você conheceu quem é?

O SR. ROBERTO RAMOS – É o Jonathan.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Jonathan...

O SR. ROBERTO RAMOS – O nome dele... se apresentou para mim como Jonathan.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – E aí você recebe um rapaz que você nunca viu na vida, apresentou-se como Jonathan, põe um míssil na sua casa... Você vê filme, não vê?

O SR. ROBERTO RAMOS – Vejo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então, você sabe o que é um míssil, não sabe? Aí o Jonathan, que podia ser o João das Couves, põe na sua casa um míssil e você não sabe de nada, por 1.500 reais? E você quer que a gente acredite? Não, os 1.500 acredito mesmo. Mas você quer que a gente acredite que você não sabia que era um míssil e que você não faz parte da organização? É isso que você quer que a gente acredite?

O SR. ROBERTO RAMOS – É o que eu apenas estou dizendo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não, eu só estou perguntando se você quer que eu acredite. Como você jurou falar a verdade, é porque você não está mentindo, porque você quer eu acredite.

O SR. ROBERTO RAMOS – Eu estou falando a verdade.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então, está. Então vamos continuar. Aí você encontrou o Jonathan?

O SR. ROBERTO RAMOS – Conheci, encontrei não, eu conheci ele.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Conheceu o Jonathan. Onde?

O SR. ROBERTO RAMOS – Numa festa livre que tem lá na época de quermesse.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Quermesse da igreja?

O SR. ROBERTO RAMOS – É, época de quermesse, isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Onde? Quermesse de ...

O SR. ROBERTO RAMOS – Lá no bairro onde moro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Onde você mora?

O SR. ROBERTO RAMOS – Onde eu morava, São Miguel Paulista.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sim, mas lá é quermesse da igreja?

O SR. ROBERTO RAMOS – Isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Qual é a igreja?

O SR. ROBERTO RAMOS – Eu não sei o nome, que eu estava morando lá esse pouco tempo que eu fiquei na rua lá...



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Você foi à quermesse e não sabia nem...Mas qual é a Nossa Senhora, pelo amor de Deus, você não lembra?

O SR. ROBERTO RAMOS – Eu não lembro, senhora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não.

O SR. ROBERTO RAMOS – Era pouco tempo que eu estava morando lá.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Você foi à festa da quermesse, tinha uma Nossa Senhora, com certeza, de um santo e não sabe nem que santo foi, mas tudo bem.

O SR. ROBERTO RAMOS – Fui e conheci ele lá.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Tudo bem, você não tem uma boa memória. Aí você conheceu ele onde?

O SR. ROBERTO RAMOS – Conheci ele lá na festa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Na festa. Na barraquinha de quê?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, nós não estávamos na barraca, não, foi próximo da população mesmo que estava curtindo a festa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Aí estava todo o mundo ali na festa, curtindo a festa? Porque festa de igreja tem aquelas barraquinhas.

O SR. ROBERTO RAMOS – Tem, mas nós não estávamos tão próximos assim das barraquinhas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então, não era bem na festa.

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, era na festa, mas nós não estávamos próximos da festa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então, explica como é o tamanho. É no parque de exposição da cidade? Como é que é? Conta a historinha para a gente.

O SR. ROBERTO RAMOS – É uma praça, é uma rua, uma praça, a igreja, tem a festa da barraquinha, igual a senhora falou.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Que fica na praça.

O SR. ROBERTO RAMOS – Que fica, lógico, mas só que nós...A barraquinha está aqui...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Isso, mostra para mim.

O SR. ROBERTO RAMOS – Nós estávamos mais ou menos assim, nessa distância.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Ah, então vocês não estavam na praça.

O SR. ROBERTO RAMOS – Nós estávamos na festa, mas nós não estávamos próximos das barraquinhas, que a senhora especificou.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Está certo. Então, vocês não estavam na praça, você estava na festa, talvez numa esquina. É isso? E aí ele fez assim: O Roberto, foi assim, vem cá que eu quero conversar com você. Como foi que você conheceu o Jonathan.

O SR. ROBERTO RAMOS – Conhecemos num esbarrão, um, outro esbarrou, pediu desculpa. Na forma de se pedir desculpa foi que ele demonstrou que já esteve preso também e eu também tinha acabado de sair da prisão, a gente conversou e, na maneira de se expressar que um entendeu que o outro esteve preso, começamos a conversar...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Como é que a gente se expressa para saber que esteve preso?

O SR. ROBERTO RAMOS – Palavras simples, que acabaram causando da gente saber que um teve preso. Ó, me desculpa aqui. Eu falei: Por nada. E ele já perguntou se eu tinha tirado uns dias. Eu falei que sim.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Ué.

O SR. ROBERTO RAMOS – É a gíria que se diz, fala assim: Já tirou uns dias? Eu falei: já tirei, acabei de sair.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Espera aí, olha só. Pára para pensar o que você está falando. Pelo amor de Deus, mente, mas não mente muito! Olha só. (*Risos.*)

O SR. ROBERTO RAMOS – Não estou mentindo. Foi o que aconteceu, senhora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Uma agüinha, se alguém puder arrumar para mim, por favor.

Olha o seguinte, vou fazer a cena: estamos eu e o Deputado Neucimar no meio da rua, a gente não se conhece, aí se esbarra. Aí eu chego: Neucimar... Neucimar não, porque não sei o nome dele, não o conheço: por favor, o senhor me perdoe, eu esbarrei no senhor. O outro senhor vira e diz: que será que o Neucimar



disse: Não, fique tranquila. De nada, por nada. Aí eu chego para o Neucimar e digo assim: quantos anos você tirou?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, não foram anos que ele perguntou. Perguntou que eu já tinha tirado uns dias.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Mas como é que alguém pergunta para outro se tirou uns dias? (*Risos.*)

O SR. ROBERTO RAMOS – A forma de expressar, a forma de a gente...infelizmente...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então, explica como é que é isso.

O SR. ROBERTO RAMOS – A gente tem um convívio dentro da prisão, que é a forma de se expressar; a gente consegue interpretar o outro que já esteve preso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então, vocês têm um código?

O SR. ROBERTO RAMOS – É como se fosse um código. Isso. Simplificou para mim.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então, conta para a gente como é o código?

O SR. ROBERTO RAMOS – Foi o que eu expliquei para a senhora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não, não, eu não entendi o código ainda.

O SR. ROBERTO RAMOS – A senhora não quer acreditar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não, eu quero saber como...

O SR. ROBERTO RAMOS – É dessa forma. Foi o esbarrão...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Quer dizer que esbarrão...

O SR. ROBERTO RAMOS – Nós esbarramos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então, todo o mundo...

O SR. ROBERTO RAMOS – Nós esbarramos: Ó, desculpa aqui, meu queridão. Aí eu falei: Por nada, meu querido. Essas palavras, simples palavras. É inacreditável, mas foi essa simples palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então, quer dizer que se eu esbarrar em alguém na rua e disser: desculpa aí, querido. Estou “lascada”, vão dizer que eu sou bandida, porque eu adoro chamar todo o mundo de querido, de amor. Estou “frita.”



O SR. ROBERTO RAMOS – Mas é devido ao convívio que tem dentro do presídio, aí essa forma fica como um ato de...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sim, aí, vamos lá, vamos continuar na historinha, vamos acreditar na historinha. Aí vocês se esbarraram e aí ele falou “queridão”, você entendeu que “queridão”... Ele perguntou: Peguei uns...como é que é o negócio que ele falou mesmo? Que é tão louco que eu quero ouvir de novo. Como é que ele falou?

O SR. ROBERTO RAMOS – Relacionado a...?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não. Ué. Ele falou que você tirou uns anos, é isso?

O SR. ROBERTO RAMOS – Perguntou se eu tirei uns dias.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Tirou uns dias. E aí você falou o que para ele?

O SR. ROBERTO RAMOS – Falei que tinha tirado uns dias, sim.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sim.

O SR. ROBERTO RAMOS – Que estava há pouco tempo na rua.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então, conta a história para a gente.

O SR. ROBERTO RAMOS – É isso que eu falei, que eu estava há pouco tempo na rua.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – E...?

O SR. ROBERTO RAMOS – E nada, começamos a conversar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – E eu quero que você conte a conversa.

O SR. ROBERTO RAMOS – Conversamos, perguntou que lugar que eu passei, onde que eu passei, quanto tempo que eu tirei. Foi esse tipo de conversa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sim. E...?

O SR. ROBERTO RAMOS – E entrou nesse assunto, se eu estava disposto a estar guardando esse artefato para ele por tanto, ele me dava tanto.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Esse míssil.

O SR. ROBERTO RAMOS – Ele me daria tanto. Aí eu falei que guardava.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Mas já na cara.

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, não foi no primeiro dia, não foi.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Ah, não?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não. Depois desse dia que nós nos encontramos, que teve...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não, espera aí, vamos, então, para a quermesse ainda. Aí vocês foram comer um cachorro-quente, bater um papinho. Foi isso?

O SR. ROBERTO RAMOS – Nós nos encontramos mais uma vez depois, nós nos vimos na mesma festa, nós nos vimos outro dia depois e foi onde ele comentou, no segundo dia ele comentou.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Aí no segundo dia da festa, na quermesse... Como é o nome da cidade?

O SR. ROBERTO RAMOS – Lá em São Miguel Paulista, São Paulo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – São Miguel Paulista. Eu sei que é em São Paulo. Mas me diz uma coisa, quantos dias dura a festa em São Miguel Paulista?

O SR. ROBERTO RAMOS – Ah, acho que dura uns 4 dias.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Que dia você o encontrou? Que dia você o encontrou pela primeira vez?

O SR. ROBERTO RAMOS – O dia de numerais eu não me recordo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não, mas o dia da semana.

O SR. ROBERTO RAMOS – Mas foi numa sexta-feira.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Numa sexta-feira. Então, você o encontrou na sexta, depois você o encontrou no sábado, é isso?

O SR. ROBERTO RAMOS – No domingo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Ah, primeiro na sexta, depois no domingo. Qual era o *show*? Que horas vocês se encontraram na sexta?

O SR. ROBERTO RAMOS – Eram umas 8 horas, 7, 8 horas, entre 7 e 9 horas da noite.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Da noite. Nove da noite. Qual era o *show* nesse dia?

O SR. ROBERTO RAMOS – Desculpe, eu não...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Tinha algum *show* na festa?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, não, só festinha de quermesse.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não tinha nenhuma atração, só a quermesse.

O SR. ROBERTO RAMOS – Não tinha atração, só a quermesse mesmo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Bom. Aí vocês marcaram para o domingo. E aí, como é que foi?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, não marcamos nada, só nos encontramos novamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então, ele morava na cidade?

O SR. ROBERTO RAMOS – Ele falou que morava próximo lá.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Próximo. Aí ele encontrou você de novo. E aí?

O SR. ROBERTO RAMOS – E foi quando ele perguntou, entrou no assunto se eu estava disposto a ganhar um dinheiro, que ele estava com um negócio para guardar, eu falei que eu guardaria, e ele me deu o dinheiro e eu guardei.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – E aí ele te entregou. Ele não falou que era do PCC?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, não falou nada. Ele só entregou.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então, por que ele te entregou o estatuto?

O SR. ROBERTO RAMOS – Então, estava junto e pediu para guardar junto. Só. Foi só isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Hein?

O SR. ROBERTO RAMOS – Ele só pediu para guardar junto, não entrou em detalhe de mais nada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – E ele tinha cumprido pena onde?

O SR. ROBERTO RAMOS – Ele falou que esteve em Mirandópolis e Casa Branca.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Mirandópolis e Casa Branca. E me diz uma coisa, ele não falou de mais ninguém? Não falou de nada?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, não, não entrou em detalhe.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Nada.



O SR. ROBERTO RAMOS – Mais nada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então, você é bucha mesmo? É isso?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não entendi.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Você é bucha. Vocês não têm as linguagens? Algumas delas eu sei.

O SR. ROBERTO RAMOS – Mas isso eu não entendo, isso eu não sei.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Mas bucha é aquele que a gente usa para ferrar mesmo.

O SR. ROBERTO RAMOS – O laranja.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não, o laranja...você pode até estar de amarelo. Não, não, laranja não é isso, é outra coisa. Laranja é aquele que ganha dinheiro em nome dele. Você não ganhou dinheiro, você ganhou dinheiro em seu nome mesmo. Você não é laranja, não. De laranja você não tem nada. Você ganhou dinheiro para cometer um crime. Cometeu e ganhou, mas não é laranja. Laranja é se tivessem te usado para acontecer.

O SR. ROBERTO RAMOS – Compreendi.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – E me diz uma coisa: e por que você acha que da investigação da Polícia Federal surgiu essa história do Fernandinho Beira-Mar, que no fundo isso era um trabalho para resgatar Fernandinho Beira-Mar da cadeia?

O SR. ROBERTO RAMOS – Eu não faço nem idéia, senhora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Você acha que a Polícia Federal trabalha como?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não sei dizer para a senhora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Com investigação, deve ser, não é? Com grampo, seguindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – O trabalho foi da Polícia Civil, Deputada.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não, mas tem da Polícia Federal também. O plano de soltar foi da Polícia Federal. O plano de resgatar o Fernandinho é da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Em conjunto.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Com a Polícia Civil, mas é também da Polícia Federal.

Como é que você acha que a polícia trabalha?

O SR. ROBERTO RAMOS – Da forma que a senhora expressou agora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Bom, então, como é que ela chegou a sua casa? Porque seguiu, porque gravou, não é isso?

O SR. ROBERTO RAMOS – Deve ter sido isso mesmo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então, você há de concordar comigo que você não está aqui à toa. Não é isso?

O SR. ROBERTO RAMOS – Porque eu estava guardando uma coisa imprópria, um material impróprio.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Um material impróprio, um míssil?

O SR. ROBERTO RAMOS – É.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – E você não teve nem curiosidade para perguntar para que servia o míssil?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Para que iam usar o míssil?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Quer dizer, podiam explodir a sua casa? De repente, lá, podiam explodir a sua casa com seus filhos, com a sua mulher e você nem se preocupou?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, porque a única coisa que ele falou para mim é que era não ficar fuçando nele.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Ah, foi para não ficar fuçando. E seu filho, quantos anos tem?

O SR. ROBERTO RAMOS – Tenho 4 filhos em casa.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Diga as idades.

O SR. ROBERTO RAMOS – Quatro anos, 7 anos, 6 anos e a mais nova agora deve estar com 1 ano e 9 meses.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então, você imagina uma criança de 7, uma de 6, uma de 4, não fuçam?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, mas estava na parte de cima da casa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – E aí, não sobem?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, não tem acesso para as crianças subirem, não tem, estava fechado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Ah, não tem acesso para as crianças subirem. Então, estava bem escondidinho mesmo?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, não chegava bem escondidinho, estava num cômodo da casa, só que as crianças não tinham acesso a esse cômodo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não tinham acesso. Por que não tinham acesso?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, as crianças não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Mas por quê? Como é que...?

O SR. ROBERTO RAMOS – Pela falta de espaço de passar de um lado para o outro da casa lá, não tinha.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Como é que é esse espaço? É um espaço secreto?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então, como é que é? Criança é desse tamaninho. Uma criança de 4 anos, de 7 anos, é um negócio desse “tamaninho”. Como é que não passa de um cômodo para o outro? É o quê? É um buraco?

O SR. ROBERTO RAMOS – É a laje, é devido a uma laje, que a casa é...A parte de baixo é subterrânea e a parte de cima assim, que é do nível da rua, não têm acesso às crianças, porque não dá o espaço ali, porque estava faltando fazer um pedaço da laje.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – E como é que passou o míssil?

O SR. ROBERTO RAMOS – Carregando na mão. Aí dois adultos carregam.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Espera aí, eu não entendi essa não, eu quero entender. Quer dizer que dois adultos e um míssil entram nesse espaço e as crianças não podem acessar. Como?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, por causa da falta do espaço que tem da laje que não tem.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sim, mas e como é que entrou o míssil?

O SR. ROBERTO RAMOS – Então, o adulto tem um passo maior do que da criança, senhora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Eu não consigo entender, desculpa, mas eu sou burra, não consigo entender. Como é que um lugar onde passam dois adultos e um míssil e não passa uma criança? Explica-me que eu quero entender. Faz aí um mapa para o Deputado Neucimar, que está do seu lado, mas me explica como é que pode um negócio desse. Como é que pode um espaço físico, imagina numa....Isso aqui é o espaço, entram nesse espaço dois adultos e 1 míssil e não entra uma criança.

O SR. ROBERTO RAMOS – O acesso não daria por causa das crianças, são pequenas. Por causa disso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – É exatamente o contrário, não é não? Eu quero saber se esse acesso é secreto, o que é diferente.

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não, mas tem que ter alguma coisa diferente.

O SR. ROBERTO RAMOS – Não é secreto.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então, me explica, pelo amor de Deus!

O SR. ROBERTO RAMOS – Essa é a falta das crianças não poderem estar entrando até lá.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Como que a criança não entra, se o adulto entra e um míssil...Pelo amor de Deus, me explica!

O SR. ROBERTO RAMOS – É o que eu acabei de explicar para a senhora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Desenha para o Deputado, pelo amor de Deus!



O SR. ROBERTO RAMOS – Eu sou ruim de desenho, senhora. Não sei desenhar, não tenho...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Por que não pode? Você está chamando a gente de burro.

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, não senhora. A senhora está interpretando mal, a senhora está interpretando mal.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não, perdoe-me, eu vou refazer.

O SR. ROBERTO RAMOS – A senhora está interpretando mal.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Eu não estou interpretando mal, não. Você está achando, você está chamando...

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, não estou, não estou chamando.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Eu quero, então, entender, porque, Deputado Moroni, qual é o espaço físico que entra um míssil e dois adultos e não entra uma criança? Não há acesso a uma criança? Não tem jeito. É a mesma coisa de dizer que no espaço que eu entro a Heloísa Helena não entra. Eu sou o dobro dela, tem que entrar. Duas crianças e um míssil são 10 crianças juntas. Como é que não entra?

O SR. ROBERTO RAMOS – Devido ao espaço lá, que nem eu estou falando para a senhora, que falta um pedaço da laje.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não, eu quero entender. Falta, como é isso? Falta um pedaço da laje ou você está me dizendo que você tem um esconderijo dentro da sua casa? Porque não pode ser outra coisa.

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, não tenho. Se tivesse, os guardas, no dia da prisão, teriam mencionado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Tá, mas e como é que pode a criança não ter acesso a isso? Não consigo entender, Presidente, sinceramente. Bom, mas aí então as crianças não tinham acesso?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não tinham acesso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Provavelmente estava bem trancado, então, bem escondido.

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, não estava trancado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então, eu não entendo, Presidente, eu não entendo.



O SR. ROBERTO RAMOS – Não estava trancado, porque até então a parte de cima da residência estava até inacabada. Então, não tinha nem porta.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – (*Risos.*) Pior ainda, cada vez ele piora mais a mentira.

O SR. ROBERTO RAMOS – Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Mas tudo bem. Então, as crianças não tinham acesso, portanto, não tinha perigo de o míssil estar na sua casa. E aí depois, quando aconteceu, o que esse...Como é o nome do rapaz?

O SR. ROBERTO RAMOS – Jonathan.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Jonathan. O Jonathan apareceu, telefonou, deu sinal de vida?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, não, não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Nada? Te largou?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não apareceu mais.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Nem um advogadinho mandaram?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Nem advogado?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Quer dizer, eles te puseram na... É bucha mesmo. E esse Jonathan, você sentou-se com a Justiça, descreveu fisicamente, alguma coisa?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não?

O SR. ROBERTO RAMOS – Só comentei quem era, a pessoa que ele era.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Como é que ele era?

O SR. ROBERTO RAMOS – Ele tinha a minha estatura mais ou menos, mais branco que eu.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Aham! Não fez nem retrato falado?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, também não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Nada?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não me pediram.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Deputada, permita-me só fazer uma...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – À vontade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Roberto, não é?

O SR. ROBERTO RAMOS – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Roberto, a grande preocupação nossa, deixa eu te dizer o que é: nós víamos muitas vezes o crime organizado agindo com armas, revólveres, depois com pistola, depois com AR-15, depois com M-16, com AK-47, tudo arma grande, de uso grande, para guerra, coisa assim. Depois, evoluiu isso para granadas, aí para minas terrestre, e agora foi encontrado na sua casa um míssil. E, coincidentemente, foi encontrado uns dias atrás, em Santa Bárbara, outro míssil e, coincidentemente, hoje, ou na madrugada de ontem para hoje, foi explodida uma delegacia com um míssil. Quer dizer, essa é uma preocupação grande. Só para você sentir que o problema é muito grande. Compreendeu? Então, nós precisamos tudo sobre esse rapaz... como é esse teu...?

O SR. ROBERTO RAMOS – Jonathan.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – O Jonathan. Nós precisamos saber tudo sobre ele. Mas, por outro lado, fica uma dúvida: se você está com medo e está escondendo, em razão desse medo que você tem, porque no estatuto do PCC... Só tem um detalhe: essa sua versão daria certo se o estatuto tivesse sido encontrado dentro do míssil ou lá na plataforma do míssil. Só que o míssil estava num andar e o estatuto do PCC estava com as suas coisas.

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, não, senhor, estava junto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – A informação que eu recebo é que estava...

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, não, estava junto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Estava embaixo.

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, senhor, estava junto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – O estatuto do PCC.

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, senhor, estava junto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Agora, veja que é o estatuto do PCC, inclusive com dados do PCC. Por que eles botariam isso junto do...



O SR. ROBERTO RAMOS – Não, pediu para guardar junto, mas não sei dizer. Eu sei que — talvez para o senhor e para todos que estão aqui presentes é difícil estarem acreditando na minha palavra devido eu já ter outros processos, estar respondendo outros processos, estava foragido na rua —, sei que é realmente difícil, mas tudo o que eu estou falando eu estou tentando ser o mais específico possível. O que eu sei, no...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – É, estamos querendo, inclusive você é um jovem de 30 anos, com filhos e tudo o mais. Nós estamos querendo, só que veja a gravidade da situação. Você está hoje envolvido num dos problemas mais sérios deste País, que é o uso de mísseis por facções criminosas. Quer dizer, a evolução que as facções criminosas fizeram, aqui foi levantado pelos Deputados, que o uso de míssil pode... Quer dizer, não tem mais limite a ação do crime. Um míssil pode detonar, sei lá, um prédio de autoridades, pode detonar um prédio de Justiça, pode detonar um prédio da polícia, pode detonar um prédio da Prefeitura, pode detonar qualquer coisa. O alcance, o poder de destruição desse seu míssil estava intacto, quer dizer, ele estava todo montado, bastava uma bateria de 12 volts para dar o circuito e ele ser detonado. Quer dizer, é uma coisa terrível. Se tu pensas um pouquinho em teu filho, já pensou uma ação nesse sentido?

Então, precisamos da tua ajuda nesse sentido. Nós vamos investigar tudo, agora, com respeito a isso. Inclusive, vamos fazer uma reunião com o Ministro da Justiça, Ministro da Defesa nesse sentido, porque não é um artefato que foi guardado na casa do Roberto. Não. É o maior poder destruidor pego com uma facção criminosa. Não existe nenhum poder destruidor maior do que esse. Quer dizer, um míssil com meio quilo de TNT, ali, explode um prédio. Então, isso é um negócio muito complicado, é muito mais poderoso e explode a distância. Quer dizer, tu podes lançar isso, segundo o que o delegado nos falou, de 1.800 metros de distância, quase 2 quilômetros de distância, tu podes lançar, quer dizer, o cara fica a 2 quilômetros de distância, lança o míssil, estoura, vai embora e até todo mundo saber da onde veio aquele míssil, ele já fugiu e tudo o mais.

Então, é uma coisa muito grave, Roberto, mas muito grave mesmo. Porque as informações que se têm, ninguém chegou à sua casa por acaso. Tu hás de convir isso.

O SR. ROBERTO RAMOS – Eu entendo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Ou o Jonathan te entregou para a polícia ou alguém te entregou, porque, em todo São Paulo, eles não iam chegar justamente à casa do Roberto, onde tem um míssil escondido. Isso não ia chegar nunca. Isso foi alguém que te entregou sobre esse fato. Agora, por que te entregaram e por que chegaram a ti? Porque já tinham conhecimento de que tu davas amparo. Segundo denúncias que há, tu fazias seqüestro com o Wanderson...

O SR. ROBERTO RAMOS – Não conheço

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) –...que é irmão do Andinho.

O SR. ROBERTO RAMOS – Não. Eu não o conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Tu não vais dizer que conhece, porque o estatuto do PCC diz que, se traír, morre. Então, tu estás com medo disso, de que se traír, morre. Mas, na verdade, você está se complicando cada vez mais. Não sei se vale à pena tu preservares o PCC e complicares toda a tua vida.

O SR. ROBERTO RAMOS – Eu queria que entendesse que eu não estou preservando. Eu não faço parte. O estatuto foi encontrado junto com o míssil. Eu não faço parte. Não estou preservando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Ninguém manda míssil com estatuto para casa de ninguém.

O SR. ROBERTO RAMOS – Eu entendo, mas é que isso está guardado durante uns dias...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – A Deputada tentou, com toda a paciência, todo o carinho, chegar justamente a isso. Mas é totalmente inverossímil você dizer que te mandaram um míssil e o estatuto dizendo o nome dos padrinhos, dizendo o nome de tudo, quer dizer, que negócio é esse? Quem é que vai te mandar um míssil e o estatuto...

O SR. ROBERTO RAMOS – Foi o que veio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) –...e sendo que os teus antecedentes já eram de participar de assalto, seqüestro, de coisa desse tipo.

O SR. ROBERTO RAMOS – Não. Não tenho esses antecedentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Qual é o teu antecedente?

O SR. ROBERTO RAMOS – Antecedentes, pelo art. 157, que é um assalto...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Então, é assalto. Estou dizendo.

O SR. ROBERTO RAMOS –...assalto de carga, que eu tenho, e esse, aí, agora, esse porte agora. Mas não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – E esse porte. E as investigações dizem que tu andavas junto com o Wanderson.

O SR. ROBERTO RAMOS – Não, não. Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Tu não conheces o Wanderson?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Que, coincidentemente, é irmão do Andinho.

O SR. ROBERTO RAMOS – Mas eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – Que era de uma quadrilha de seqüestradores ou coisa parecida.

Eu vejo que tu estás com a firme determinação de não falar, infelizmente, porque eu acho que tu podias ajudar muito. Tu estás botando esse Jonathan... Não sei se o nome dele é esse, acredito que não seja, acredito que foi um nome inventado ou por ti ou por alguém, compreendeu, para poder ter uma história, para não ficar sem história.

Eu retorno a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Pelas investigações da Polícia Federal, um advogado do Beira-Mar teria... Você ficou preso em que penitenciária?

O SR. ROBERTO RAMOS – Penitenciária de Lucélia.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Lucélia. Nenhum advogado esteve com você, alguma coisa assim?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Nunca esteve com você?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Nunca?

O SR. ROBERTO RAMOS – Nunca.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Você já ouviu falar em alguém de nome Soriano?



O SR. ROBERTO RAMOS – Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não? Betinho não é você?

O SR. ROBERTO RAMOS – Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não. Qual era o seu apelido?

O SR. ROBERTO RAMOS - Eu não tinha. O pessoal me chamava de Roberto mesmo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Oi?

O SR. ROBERTO RAMOS - Chamavam-me de Roberto mesmo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sempre te chamaram de Roberto?

O SR. ROBERTO RAMOS - Sempre chamou...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Você nunca teve apelido

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, sempre chamou de Roberto.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Agora, nesse seu roubo, que você ficou preso aí, qual era a facção a que você pertencia?

O SR. ROBERTO RAMOS - Desculpa, eu não entendi.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - A que facção você pertencia?

O SR. ROBERTO RAMOS - Nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Dentro da cadeia não tinha nenhuma?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Na cadeia que eu estou falando. Dentro da cadeia, você tinha que ter um grupo lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tinha que ter cobertura.

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, não tem.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não?

O SR. ROBERTO RAMOS - É só saber respeitar quem está lá. Não precisa fazer parte.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, mas aí você não tem que ficar pelo no seguro, nada?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, não, não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - A tua convivência no dia-a-dia era em que facção? Mas estava numa ala?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, eu estava numa cadeia que se encontravam uns PCC lá.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah, então você estava na ala do PCC?

O SR. ROBERTO RAMOS - É, num raio lá quem encontravam são os PCC.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Isso é o que estou perguntado. Em que área de facção você estava.

O SR. ROBERTO RAMOS - Ah, sim, entendi. Eu pensei que a senhora estava... perguntava com quem que eu estava lá, com quem que eu convivia lá no meu dia-a-dia, no meu dia-a-dia de estar assim, de ter amizade, muita amizade.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não!

O SR. ROBERTO RAMOS - Eu entendi dessa forma.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, não...

O SR. ROBERTO RAMOS - Por isso que eu estou falando...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quero saber em que ala da cadeia você estava.

O SR. ROBERTO RAMOS - Tinha os PCC, uns integrantes do PCC.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Era na ala do PCC.

O SR. ROBERTO RAMOS - Isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Tem as alas, porque senão é guerra absoluta dentro da penitenciária; nós já chegamos a esse ponto. Mas enfim... Então, você estava na ala do PCC, e lá você conheceu... Quem era o seu companheiro de cela?

O SR. ROBERTO RAMOS - Tinha o Alexandre, tinha o Herber, tinha o Marcos, que a gente chamava de Marquinhos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas todo mundo... Sim, mas esse pessoal nenhum era grandão, não é?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, tudo... Uns estavam presos por assalto, outro por causa de um tráfico, mas nada...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Nada grandão?

O SR. ROBERTO RAMOS - Nada tão grandioso, não.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, grandioso será sempre, porque é crime, não é? Mas vamos dizer, nada... Penas de quanto? Qual foi a tua pena?

O SR. ROBERTO RAMOS - A minha?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É.

O SR. ROBERTO RAMOS - A minha era de 2 assaltos, eram 13 anos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas foi roubo ou furto?

O SR. ROBERTO RAMOS - Roubo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Roubo? Você estava portando arma?

O SR. ROBERTO RAMOS - Roubo, é, assalto à mão armada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Olha só, como disse o Deputado Moroni, ninguém está aqui muito preocupado, como eu disse, com a bucha, não. A gente espera — e eu acho que os Deputados vão ter tempo para isso; infelizmente estão me convocando numa outra reunião — que você fale. Porque é o que te disse e vou repetir para você: você está feliz hoje porque eu estou calma. Não tem muito caminho, não. Eu te falei o que aconteceu com o Marquinhos Niterói. Não tem muito caminho. Quando você entra nesse ramo, ou você é chefe ou você não existe. Só que você é bucha. Ninguém pôs na casa deles, não é? Pôs na tua. E aí eu acho que você tem que repensar, tomar uma agüinha, quem sabe depois conversar, de forma reservada, com os Deputados, com o Deputado Neucimar, com o padre Luiz Couto, que tem uma sabedoria maior que todos nós, porque, além de tudo, é padre, e rever essa tua posição. Ninguém acreditou na tua história.

O SR. ROBERTO RAMOS - Eu sei que é difícil para a senhora estar acreditando...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É, é difícil.

O SR. ROBERTO RAMOS - Por eu ser um ex-presidiário.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, senhor, não venha não, porque eu não tenho nenhum preconceito, nenhum, nenhum, nenhum, nenhum, nenhum.

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, estou falando em geral, porque é assim.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Nada disso, não. Mas não é... Olha, você não me conhece. Não tenho nenhum problema. O sujeito foi, é ex para mim. Não é ex-presidiário?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, sou...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Bom, então na minha cabeça a pessoa tem o direito de se renovar. Eu não estou falando com um ex-presidiário, eu estou falando com um ex-presidiário que foi encontrado com um míssil.

O SR. ROBERTO RAMOS - Eu entendo a senhora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Uma coisa é um ex-presidiário que está desempregado, ralando para conseguir emprego, ralando; outra coisa é um ex-presidiário que põe um míssil dentro da sua casa, que nem pai responsável é, porque tem 3 filhos pequenos. Então, não vem insinuar qualquer tipo de...

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, não estou insinuando nada, não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É, mas eu já estou falando e agora quem está falando sou eu. Esse negócio de preconceito que não é a minha. Agora, você não vai querer que a gente acredite na historinha do esbarrão, não é? E nem que a gente acredite que foi na quermesse da praça, porque bandido não vai para quermesse de praça. Bandido marca encontro. Pode até ser na quermesse da praça, mas marcando encontro. Não existe nada diferente. Nunca vimos. Trabalhamos 4 anos direto nisso, e eu nunca vi nada parecido ou diferente disso. O Moroni é delegado, o padre estava na CPI do extermínio, o padre estava na CPI da exploração sexual, Neucimar presidiu a CPI dos órgãos, todo mundo... Aqui não tem bobo, bando de polícia, Polícia da Câmara, Polícia Federal, todas as polícias estão aqui atrás. Ninguém é idiota aqui. Então, não adianta, porque a tua conversinha não convence. Agora, depende de você. Se você quiser ficar mofando lá — ou mofando ou sem pescoço —, o problema é seu. Se você quiser ajudar para que teus filhos um dia não morram com um míssil desses, você ajuda. Se não quiser, a gente vai continuar trabalhando. Não é você quem vai resolver o problema, não. Nós vamos investigar e vamos chegar nele, só que vamos prejudicar você. A idéia era te chamar para não te prejudicar mais do que já está prejudicado. Mas, olha, depende de você. Para mim você não é o ex-presidiário. Para mim você hoje é o presidiário que estava com o míssil em casa.

Agradeço, Sr. Presidente, a V.Exa. a concessão da palavra.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Roberto, você nasceu em Ribeirão Presto, não foi?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, São Paulo, Capital.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - São Paulo mesmo, Capital? E você estudou até que...

O SR. ROBERTO RAMOS - Sexta série do primeiro grau.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sexta série. E quando foi que você cometeu o primeiro crime? Tinha quantos anos?

O SR. ROBERTO RAMOS - Dezoito anos de idade.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Dezoito anos de idade. Foi o roubo de cargas, foi?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi um assalto?

O SR. ROBERTO RAMOS - Foi um roubo no farol.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Farol?

O SR. ROBERTO RAMOS - Semáforo fechado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aí você pegou uma pessoa que estava no carro e...

O SR. ROBERTO RAMOS - Roubei uma corrente de ouro dela.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Corrente de ouro. Estava com arma?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E aí foi preso nesse momento?

O SR. ROBERTO RAMOS - Fui preso em flagrante.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Preso e ficou quanto tempo?

O SR. ROBERTO RAMOS - Fiquei 3 meses na primeira.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E depois você foi solto e aí cometeu um outro crime. Qual foi o outro crime?

O SR. ROBERTO RAMOS - Foi um assalto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Assalto à mão armada, foi isso?

O SR. ROBERTO RAMOS - Sim senhor.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E como foi a situação? Podia contar como é que foi?

O SR. ROBERTO RAMOS - Relatar a ocorrência?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, relatar o acontecido.

O SR. ROBERTO RAMOS - Não me recordo mais não. Faz muito tempo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Era uma pessoa que tinha dinheiro ou você...

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, foi um caminhão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah, foi um caminhão.

O SR. ROBERTO RAMOS - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Era um caminhão...

O SR. ROBERTO RAMOS - De cargas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - De carga. Você sozinho ou teve mais gente com você?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, tinha mais um.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mais um?

O SR. ROBERTO RAMOS - Tinha mais um.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E vocês combinaram isso aí? Como é que foi?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não entendi.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Combinaram? Os dois combinaram como é que ia fazer o roubo do caminhão?

O SR. ROBERTO RAMOS - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Já fizeram o levantamento...

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, não, combinar de sair.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas você já sabia que o caminhão...

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não? O primeiro caminhão que passar a gente vai fazer um assalto.

O SR. ROBERTO RAMOS - Isso, isso. Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E isso aconteceu o quê? Esse assalto aconteceu que horas mais ou menos?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não me recordo mais.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi de noite, foi de dia, como é que foi?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, durante o dia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi durante o dia. Foi em uma estrada ou foi na cidade mesmo.

O SR. ROBERTO RAMOS - Foi na cidade mesmo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Na cidade. O caminhão estava parado, como é que era?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, ele estava andando.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Andando. E como é que vocês conseguiram parar esse caminhão?

O SR. ROBERTO RAMOS - Ele parou no semáforo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah, foi no semáforo. Parou e vocês disseram: vamos pegar esse aqui. O motorista estava só ou...

O SR. ROBERTO RAMOS - É, estava. Não, estava com um ajudante.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E aí vocês, um de um lado, outro de outro, com a arma?

O SR. ROBERTO RAMOS - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Que arma era que vocês levavam?

O SR. ROBERTO RAMOS - Um 38.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Um 38. E aí como é que foi? Pegaram os caras e levaram o caminhão?

O SR. ROBERTO RAMOS - Desceram. Eles desceram do caminhão...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E vocês levaram o caminhão? Quem é que dirigia? Você ou o outro?

O SR. ROBERTO RAMOS - O outro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O outro. E esse caminhão era caminhão de carga de quê?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não dava para saber assim, só quando abriu que foi ver que não era nada tão valioso assim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas o que era? O que era não tão valioso? O que é que tinha lá?

O SR. ROBERTO RAMOS - Tinha era produtos alimentícios.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E aí vocês pegaram, levaram os produtos, deixaram o caminhão abandonado, como é que foi?

O SR. ROBERTO RAMOS - Isso mesmo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E foram presos por isso?

O SR. ROBERTO RAMOS - Fui preso por isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas não no dia, em flagrante. Foi depois?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, no dia do flagrante.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mesmo dia? Quer dizer, não conseguiram nem comer os gêneros alimentícios? Quer dizer, foram mesmo... E aí pegou quantos anos de cadeia por isso?

O SR. ROBERTO RAMOS - Por duas vezes desse mesmo aspecto fui condenado a 7 anos e o outro por 6 anos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aqui diz que você pegou 25 anos.

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, senhor. Nunca tive essa condenação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não? Teve não, não é?

O SR. ROBERTO RAMOS - Nunca tive.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas diz que você também participou de assalto a banco. É verdade?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, também nunca participei.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não. E também que você participou de seqüestro.

O SR. ROBERTO RAMOS - Também nunca fiz.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nunca.

O SR. ROBERTO RAMOS - Nunca.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nunca. Essa pessoa que você combinou para fazer esse assalto a esse caminhão, era conhecida sua?

O SR. ROBERTO RAMOS - Era.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Era conhecido.

O SR. ROBERTO RAMOS - Conhecido.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Conhecido. E vocês conversavam: olha, como é que é...

O SR. ROBERTO RAMOS - Era conhecido. Nós já estudamos juntos, na época que a gente estudava.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Mas conversaram antes como deveriam fazer o assalto?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, para sair só; apenas sair.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só sair é?

O SR. ROBERTO RAMOS - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas, veja, Roberto, você está preso, e preso em uma penitenciária que é comandada pelo PCC, não é isso?

O SR. ROBERTO RAMOS - Hã, hã.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Você disse que o PCC que está lá. Pelo código do PCC, eles não admitem traição, não admitem pessoa, ou seja, pessoa que possa colocá-los em uma situação, porque eles têm um código de eliminação. É claro que você não vai dizer as coisas que você sabe. Pode ser que você tenha sido usado, mas é importante que você possa colaborar com esta CPI. Se você quiser colaborar, a gente pode ouvi-lo sem imprensa, sem nada, só os Parlamentares. É uma audiência secreta.

O SR. ROBERTO RAMOS - Mas eu já estou colaborando. Estão me perguntando, estou respondendo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas outros dados, porque eu tenho... A gente percebe em você um certo ar de medo, um pânico assim de que você está dizendo coisas, mas são coisas que não possam prejudicar a sua vida na cadeia nem também a de seus familiares, porque você ama esses familiares e não quer que nada aconteça com eles. Então pense se você quer depor e diga: *"Olha, eu tenho umas coisas que eu só quero falar individualmente, mas eu quero apoio de vocês, eu quero proteção, eu quero colaborar"*. E, aí, a própria CPI pode solicitar o chamado réu colaborador, quando você, então, colabora, sua pena diminui, você vai para um presídio que não tenha a presença do PCC, em uma cela individual, para que não seja molestado, para que não seja assassinado. Então, pense antes de você... O processo aqui diz que você foi preso 5 vezes.

O SR. ROBERTO RAMOS - Cinco vezes?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim. É isso mesmo?

O SR. ROBERTO RAMOS - Isso mesmo. Com essa agora, 5 vezes.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Cinco vezes, não é? E foi o art. 157 e a última foi art. 180.



O SR. ROBERTO RAMOS - Isso. É o 180.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O 180. Veja, você estava preso na Penitenciária de Lucélia, não era isso?

O SR. ROBERTO RAMOS - De Lucélia, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aí, você estava preso por 13 anos de prisão, não era isso?

O SR. ROBERTO RAMOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tinha tirado quanto tempo para receber aquele indulto?

O SR. ROBERTO RAMOS - Cinco anos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Cinco anos. Aí você teve um indulto de Natal, que dá a possibilidade de visitar seus familiares durante o tempo de Natal, mas depois você deveria retornar à prisão. Por que você não retornou? Por quê?

O SR. ROBERTO RAMOS - Conflitos lá dentro do presídio.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah, tinha conflitos.

O SR. ROBERTO RAMOS - Eu tive um conflito lá dentro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah, teve um conflito. Mas conflito com quem? Com outro preso ou foram...

O SR. ROBERTO RAMOS - Com outro preso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E aí o preso tentou... Queria lhe matar, foi?

O SR. ROBERTO RAMOS - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Queria lhe matar. E qual era a razão que ele queria lhe matar?

O SR. ROBERTO RAMOS - Foi coisa fútil que ocorreu lá dentro do presídio; no presídio, não, já no regime semi-aberto, na ala de progressão, chamada ala de progressão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, sim.

O SR. ROBERTO RAMOS - Então, teve lá um conflito entre eu e eles lá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Vocês chegaram às vias de fato ou não?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não entendi, desculpe.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Chegaram a brigar?

O SR. ROBERTO RAMOS - Chegamos, chegamos a agredir um ao outro.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Alguém feriu o outro ou não?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, só na mão mesmo, agressão...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só murro mesmo, tapa e tudo mais.

O SR. ROBERTO RAMOS - Foi.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Isso. E aí você disse: Não vou voltar, não vou voltar. E, como um preso fugitivo, você sabia que a polícia estava no seu encalço para pegar. Como é que você se escondeu durante esse tempo?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, eu não me escondi. Fiquei dentro de casa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ficou dentro de casa.

O SR. ROBERTO RAMOS - Evitava sair.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas, ora, a primeira coisa que a polícia vai, quando você sai, é ir na casa para... Cadê? Você foi para o Natal em família, não voltou, a polícia, no outro dia...

O SR. ROBERTO RAMOS - Mas é que eu fui morar com a mãe dos meus filhos. Ela tinha alugado uma casa em uma outra região.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah, sim, uma outra região.

O SR. ROBERTO RAMOS - Quer dizer, ela já morava antes de eu sair. Antes de eu ganhar o benefício, ela já estava morando lá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E a polícia não sabia que você era casado e morava com essa pessoa?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não sabia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é, também poderia ir lá, verificar. Vamos atrás da... Foi nessa casa que pegaram você?

O SR. ROBERTO RAMOS - Isso, foi.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A família também estava lá?

O SR. ROBERTO RAMOS - Estava. Minha esposa e meus filhos estavam.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas aí você disse que foi para uma festa, uma quermesse, não é?

O SR. ROBERTO RAMOS - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Lá, você conheceu esta figura, um rapaz que esbarrou em você e disse... depois, num momento, ele disse: "Olha, tu tiraste quanto?" Foi assim a expressão?

O SR. ROBERTO RAMOS - Desculpe, não entendi.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - “*Tu tiraste quanto?*” Quanto tempo, não é? Não é isso? Você não achou estranho uma pessoa que... Você conhecia essa pessoa antes?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, não conhecia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Chegar para você e já fazer uma pergunta dessa? É porque você tinha alguma marca?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, não. Foi devido à maneira de se expressar que deu a entender que ele já esteve preso, eu também já estive preso. Foi uma maneira de expressão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. ROBERTO RAMOS - Foi como se fosse uma gíria. Aí, foi essa expressão que...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer, ele já sabia que você tinha saído da penitenciária.

O SR. ROBERTO RAMOS - Eu comentei com ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Você conversou.

O SR. ROBERTO RAMOS - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Olha, a informação é que a pessoa que teria comprado ou que negociava a compra de míssil — inclusive, míssil usado pela rede Al Qaeda, de Osama Bin Laden — era o Sr. Marcos Marinho dos Santos, vulgo Chapolim. Você conheceu essa pessoa?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, não conheci.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nunca ouviu falar?

O SR. ROBERTO RAMOS - Também não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No depoimento à polícia, está lá... a polícia disse que você disse que comprou o míssil no mercado negro por 40 mil reais, e esse dinheiro foi repassado pelo PCC.

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nunca falou isso para a polícia?

O SR. ROBERTO RAMOS - Nunca. Foi igual eu já relatei ali: no dia da minha prisão, eles falarão para mim se eu queria ficar calado, quer dizer, dar o depoimento ou permanecer calado e falar em juízo. Eu preferi ficar calado.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Roberto, aqui no jornal e na matéria que temos, diz que você tem... Você é conhecido mais por Beto, não é?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, não. O pessoal me chama de Roberto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas eles usaram aqui que você é conhecido por Beto Bomba.

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, eu desconheço. Eu desconheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No presídio, não lhe botaram esse apelido?

O SR. ROBERTO RAMOS - Também não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer, você é conhecido por Roberto mesmo?

O SR. ROBERTO RAMOS - Roberto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aqui diz que você é vulgo Beto e, em outro momento, diz que você é vulgo Beto Bomba.

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, senhor. Desconheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Desconhece. Você disse que esse Jonathan chega para você e diz: *"Eu tenho um míssil e quero que você vá tomar conta dele."*

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, ele não comentou que tinha um míssil. Perguntou se eu estava precisando de dinheiro, se eu guardaria um negócio para ele, que ele pagaria um valor...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Esse negócio era na casa dele?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não entendi.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Era na casa dele que estava?

O SR. ROBERTO RAMOS - Aí eu não sei. Ele que trouxe para mim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi ele quem trouxe para você? E ele trouxe em quê, esse míssil?

O SR. ROBERTO RAMOS - Numa perua.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Você viu a placa da perua qual era?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não. Mas qual era a cor da perua?

O SR. ROBERTO RAMOS - Uma perua azul, furgão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ele sozinho ou tinha mais gente?



O SR. ROBERTO RAMOS - Não, ele estava sozinho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Como é que aquele tamanho de míssil, como é que você, somente você e ele pegaram aquilo e levaram para dentro de casa?

O SR. ROBERTO RAMOS - Foi. Isso mesmo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Estava desmontado? Ou como era?

O SR. ROBERTO RAMOS - Do jeito que estava ali.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ele pagou quanto para tomar conta?

O SR. ROBERTO RAMOS - Mil e quinhentos reais.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Isso era por mês ou para....

O SR. ROBERTO RAMOS - Na hora, ele me deu.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Na hora, mas você iria também receber outros reais?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, foi só aquilo mesmo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer, ele alugou a sua casa para botar um míssil. Deu 1.500 reais. Só isso mesmo?

O SR. ROBERTO RAMOS - Foi só.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E por quanto tempo você deveria ficar com esse míssil?

O SR. ROBERTO RAMOS - Pedi para ver se tinha possibilidade de eu ficar durante, no máximo, 8 dias.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Oito dias. E você ficou mais do que 8 dias?

O SR. ROBERTO RAMOS - Fiquei os 7 dias.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Por que a polícia chegou no oitavo?

O SR. ROBERTO RAMOS - No 7º dia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No 7º, foi? No 7º dia. Você não achou estranho, Roberto, que você fosse tomar conta de uma... Você já tinha visto alguma vez um míssil, tinha?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não tinha visto, não?

O SR. ROBERTO RAMOS - Nunca.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E, aí, aquilo na sua casa, com os meninos também andando por lá, você não, não disse: *“Esse cara é estranho.”*

O SR. ROBERTO RAMOS - Se eu não tive preocupação?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. ROBERTO RAMOS - Se eu tive preocupação?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. ROBERTO RAMOS - Tive preocupação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Teve preocupação. Pronto. Mas, veja, uma preocupação... Porque, na realidade, Roberto, ou seja, você, em tudo isso, você vai ser... vai ser o boi-de-piranha, você vai responder por tudo. Você estava com o míssil em casa, você estava com o Estatuto do PCC, sabe? Para todo lugar, você, hoje, é o Beto Bomba, você é o Beto Bomba. Para onde você sair, você é o Beto Bomba, e uma bomba que pode ser explodida a qualquer momento, que pode alguém chegar e dizer: *“Esse rapaz aqui não pode continuar mais vivo, nós temos que detoná-lo. Não pudemos detonar o míssil, mas vamos detonar esse míssil ambulante que é o Roberto Ramos”*.

Então, é nesse aspecto que a gente está chamando a atenção de você, ou seja, para que coisas que você possa ter guardado, que você tem medo de que isso possa se voltar contra você, porque eles acompanham, é claro, eles acompanham também. Não pense que nesta hora da CPI que eles também não estejam ligados. Eles têm antena parabólica, estão acompanhando tudo: *“Vamos ver se aquele rapaz diz alguma coisa que vai incriminar a gente ou não”*. Então, é nesse aspecto que eu pergunto: você conheceu lá no presídio que você ficou, em Lucélia... Todas as penas você tirou foi lá em Lucélia ou foi em algum outro presídio?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, não. Eu estive em outros lugares.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Hein?

O SR. ROBERTO RAMOS - Estive em outros lugares.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pronto. Quais foram os outros lugares?

Diga.

O SR. ROBERTO RAMOS - Passei no Dakar III, de São Paulo, no 50º Distrito Policial lá. Comecei pelo 50º Distrito Policial, fui para o Dakar III e fui parar em Lucélia.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas não teve, por exemplo, em outro presídio grande, outra penitenciária grande?

O SR. ROBERTO RAMOS - Estive 30 dias, mas em 1996, na Casa de Detenção de São Paulo. Por 30 dias eu passei lá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Lá era a antiga Carandiru?

O SR. ROBERTO RAMOS - Isso, isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Lá.

O SR. ROBERTO RAMOS - Passei por lá 30 dias.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Trinta dias.

O SR. ROBERTO RAMOS - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas esteve também, por exemplo, em Venceslau Brás?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não esteve lá, não?

O SR. ROBERTO RAMOS - Penitenciária assim que...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Taubaté.

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só em Lucélia.

O SR. ROBERTO RAMOS - Só em Lucélia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E você lá conheceu alguém que era ligado ao crime organizado, lá nessa prisão?

O SR. ROBERTO RAMOS - A gente passa a conhecer muita gente lá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. ROBERTO RAMOS - A gente passa a conhecer muita gente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas você, por exemplo...

O SR. ROBERTO RAMOS - Não que eu tenha me envolvido com eles.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. ROBERTO RAMOS - Mas a gente passa a conhecer muita gente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas veja o seguinte: normalmente, quando entra assim, ele disse: “*É um peixe novo que chegou*”. Aí, eles enquadram. Ou você segue as normas daquela organização...

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, não. Não tem, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não tem, não?



O SR. ROBERTO RAMOS - Não, não tem disso, não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Deputado Luiz Couto, me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Eu consultei aqui a Mesa e fui informado de que já tinham passado os 15 minutos, mas eu vou... Como não há tempo estipulado na Comissão, mas eu também preciso me ausentar por um período, eu queria uns dois minutinhos, se fosse possível, por parte de V.Exa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Se não for, eu aguardo concluir.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois não, pode falar.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Queria te perguntar: durante o período que você esteve... passou por alguns sistemas prisionais, você só passou por São Paulo ou teve algum outro presídio fora do Estado de São Paulo?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, só Lucélia, esse que eu estive agora, em Lucélia; Penitenciária de Lucélia.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Ah, Penitenciária de Lucélia.

O SR. ROBERTO RAMOS - Isso.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você disse que conheceu um cidadão em uma festa. Qual é o nome dele mesmo?

O SR. ROBERTO RAMOS - Jonathan.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Jonathan. Jonathan de quê?

O SR. ROBERTO RAMOS - O sobrenome, eu não...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Qual é a idade dele?

O SR. ROBERTO RAMOS - Deve ter uns 33, a minha idade, um pouquinho mais.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Trinta e três anos. E vocês fizeram amizade, não é isso?

O SR. ROBERTO RAMOS - No dia.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - No dia e, depois, tiveram outros encontros.

O SR. ROBERTO RAMOS - Aí encontrei com ele mais uma vez.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Onde?



O SR. ROBERTO RAMOS - No mesmo local.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - No mesmo local. Ele esteve quantas vezes na sua casa?

O SR. ROBERTO RAMOS - Só a vez que ele entregou.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Só uma vez.

O SR. ROBERTO RAMOS - Só.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Do período que ele chegou à sua casa e deu a guarda do míssil até a chegada da polícia para fazer a apreensão, quantos dias passaram?

O SR. ROBERTO RAMOS - Sete dias.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sete dias. Quando ele deu a guarda desse míssil para você, como que esse míssil chegou lá? Foi levado em que carro?

O SR. ROBERTO RAMOS - Numa perua.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Perua? Kombi, uma van?

O SR. ROBERTO RAMOS - Kombi.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Uma Kombi. Você conheceu o motorista da Kombi?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não conheceu. Tinha quantas pessoas com ele?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, era ele o motorista.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Com certeza, é um equipamento pesado.

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, o motorista era ele, da Kombi.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Ele chegou sozinho?

O SR. ROBERTO RAMOS - Ele chegou sozinho.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E vocês 2 somente conseguiram levar esse equipamento para cima da laje?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, não chega a ser em cima da laje, porque a casa já tem a, no nível da...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Da rua?

O SR. ROBERTO RAMOS - Da rua.



O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O.k. E vocês dois sozinhos colocaram esse equipamento para dentro de casa?

O SR. ROBERTO RAMOS - Foi isso mesmo.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Ele não voltou mais nenhum dia lá?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Qual foi a missão que ele te deu? Fale para nós.

O SR. ROBERTO RAMOS - Desculpe, não entendi.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Qual foi a missão que ele te deu: "Você vai guardar aqui". Por quanto tempo?

O SR. ROBERTO RAMOS - Por 8 dias.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Por 8 dias. Você lembra a data que ele deixou esse míssil com você?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não lembra?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Quando que foi a festa?

O SR. ROBERTO RAMOS - A festa foi no final de semana.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Quando? Qual a data do ano que é realizada essa festa lá?

O SR. ROBERTO RAMOS - Mês de junho, mês de junho, mas a data...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mês de junho.

O SR. ROBERTO RAMOS - A data, a data especificada em numerais eu não me recordo.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mês de junho. Mês de junho agora?

O SR. ROBERTO RAMOS - Isso.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Deste ano.

O SR. ROBERTO RAMOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Deste ano. Você não lembra a data da festa? Como é que é, do santo lá?



O SR. ROBERTO RAMOS - Não, não me recordo da data. Em numerais, não. Em números, não. Sei que foi nesse mês de junho.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Então, do dia que você o conheceu, quantos dias ele demorou para levar esse equipamento à sua casa?

O SR. ROBERTO RAMOS - Eu conheci ele na sexta-feira.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O.k.

O SR. ROBERTO RAMOS - No domingo, nós conversamos sobre isso e ele levou na semana seguinte.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Na semana seguinte.

O SR. ROBERTO RAMOS - No dia seguinte. No dia seguinte.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - No dia seguinte.

O SR. ROBERTO RAMOS - Não foi no domingo. Não foi no domingo.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - No dia seguinte, ele já levou esse equipamento à sua casa.

O SR. ROBERTO RAMOS - Isso.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você só lembra que foi no mês de junho, agora.

O SR. ROBERTO RAMOS - Isso.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Só não lembra o dia.

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, o dia de numerais, não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas foi o dia da festa da Igreja.

O SR. ROBERTO RAMOS - Que nós conversamos, foi.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sim. Quando ele deixou esse equipamento com você, ele não marcou o dia de voltar?

O SR. ROBERTO RAMOS - Oito dias.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Por que 8 dias? Ele te falou?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Ele disse para onde ia ser levado esse equipamento?

O SR. ROBERTO RAMOS - Também não. Não entramos em detalhes, não. Só me deu o dinheiro, deixou lá e foi-se embora logo.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Esse míssil estava embalado em alguma caixa ou chegou lá, assim, do jeito que está?



O SR. ROBERTO RAMOS - Chegou a parte de baixo do jeito que está e a parte de cima estava enrolada.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Enrolado?

O SR. ROBERTO RAMOS - Estava enrolada.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Tinha alguma fita adesiva, assim, de origem do equipamento?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, não. Nada, nada.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você não teve curiosidade de perguntar de onde veio esse equipamento? Com certeza, principalmente, para quem lida com armas, quando chega um equipamento desse, é uma festa. É acostumado a tiro de revólver, depois, passa para a metralhadora, aí, chega um míssil, entendeu? Com certeza, alguns colegas, inclusive, devem ter curiosidade de ir a sua para ver. Até por uma consequência, você mesmo deve ter, talvez, comentado com algum amigo: "*Olha, chegou um equipamento lá em casa. É feral!*". Não comentou com ninguém?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, não, não. Não cheguei a fazer esse tipo de comentário.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não? Você não tinha nenhum colega seu de bairro?

O SR. ROBERTO RAMOS - Tinha, mas não comentei.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Ninguém visitou esse equipamento lá?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você fez o compromisso aqui de falar a verdade.

O SR. ROBERTO RAMOS - Eu estou falando a verdade.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Ninguém visitou.

O SR. ROBERTO RAMOS - Não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E depois que você caiu, que o equipamento foi preso, ele não foi lá na sua casa tirar satisfação?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, não, senhor.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sumiu?

O SR. ROBERTO RAMOS - Evaporou.



O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Nunca mais fez contato com você?

O SR. ROBERTO RAMOS - Nunca mais.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Nesse período todo?

O SR. ROBERTO RAMOS - Nada. Nada, porque até no dia que eu fui preso foi divulgado na televisão.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E ele desapareceu?

O SR. ROBERTO RAMOS - Desapareceu.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas ele morava no bairro?

O SR. ROBERTO RAMOS - Ele disse que morava no bairro.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E você não o conhecia?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, não conhecia.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Algun amigo seu o conhecia da vizinhança?

O SR. ROBERTO RAMOS - Também não. Não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não? Mas você, nesse período que você... antes de você ser preso, você fez alguma viagem para fora de São Paulo?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não fez?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não esteve no sul do País?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não? Nem no Rio de Janeiro?

O SR. ROBERTO RAMOS - Também não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você conheceu o Orlando Marques dos Santos?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não o conhece?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você conheceu o Gilberto de Oliveira Filho?

O SR. ROBERTO RAMOS - Também não, senhor.



O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não conheceu? Nesse período todo que você passou pelo sistema prisional de São Paulo você conheceu alguns membros do PCC, com certeza.

O SR. ROBERTO RAMOS - Conheço várias pessoas, várias pessoas que são envolvidas, que estão próximas. Várias pessoas, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Pois é, nesse período em que você... Porque do PCC todo o mundo já ouviu falar no Brasil, porque já foi divulgado. Com certeza, você, dentro do presídio, tinha muito mais possibilidade de conhecer detalhe do PCC.

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, detalhe só se a gente estiver interessado em estar... fazer parte ou querer fazer amizade mesmo.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Ah, se não tiver não tem acesso?

O SR. ROBERTO RAMOS - Se não quiser, não precisa, não tem acesso também, não é obrigado.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Aí, quem tem interesse, com certeza, ganha um estatuto, não é? Ganha informações para ler, com certeza.

O SR. ROBERTO RAMOS - Aí eu não sei dizer se é dessa forma, se é especificamente dessa forma que o senhor citou.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você, durante esse período, você conheceu algum plano do PCC?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - De fuga cinematográfica?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, porque é igual eu falei, não quer se envolver, não precisa. Basta respeitar quem está lá e é respeitado também da mesma forma.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas você disse que, quando se esbarrou com esse amigo seu na festa, ele conheceu você por causa de algum código.

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, não é código, é a gíria que tem, a gíria que existe.



O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Exatamente, mas essa gíria pode ser um código. É específico do PCC esse código?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Outros comandos também usam o mesmo?

O SR. ROBERTO RAMOS - Aí eu não sei, porque eu não conheci outras facções, não...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O senhor conhecia só o PCC.

O SR. ROBERTO RAMOS - Conheci porque eu fui para essa penitenciária que...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Os outros você não conhecia.

O SR. ROBERTO RAMOS - Eu conheci o PCC porque essa penitenciária que eu fui eram eles que estavam lá.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você tem advogado?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você, depois da prisão, não foi defendido por nenhum advogado?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Nem vai procurar...

O SR. ROBERTO RAMOS - Não tenho condições de manter um.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Então, desde o momento em que você foi preso, nenhum advogado o procurou, se apresentou na cadeia para defendê-lo? Nada?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não. Nada.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você não está acompanhado de ninguém aqui hoje com você?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não? Veio direto do presídio para cá?

O SR. ROBERTO RAMOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O Jonathan, quando ele deu essa missão de guardar o míssil para você, disse para que seria usado esse equipamento?



O SR. ROBERTO RAMOS - Não, não entramos em detalhes.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Ia ser vendido?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, não entramos em detalhes sobre isso.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não entrou em detalhes. O.k., Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu queria que você escrevesse seu nome num papel aqui. Escrevesse num papel aí o seu nome. Pode escrever. Escreva aí o seu nome, como você... A sua... (Pausa.) É assim que você assina?

O SR. ROBERTO RAMOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Você, lá na... Alguma vez você... Você conhece o Naldinho?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Uma coisa que chama a atenção, Roberto, é que todos os presos que aqui estiveram, eles tinham uma marca: todos eles iam de tênis. Você é o primeiro que não vem, você vem de chinela. É porque você não tem tênis? É porque...

O SR. ROBERTO RAMOS - É porque eu não tenho mesmo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não tem mesmo, não tem. Você, no caso, na penitenciária que você ficou, você tinha algum padrinho?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Uma pessoa que dava proteção a você?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não. Porque veja, você antes estava já na progressão e aí você brigou lá com outro preso. Mesmo assim você teve indulto. Normalmente, quando isso acontece, as pessoas vão para o reservado e têm uma pena.

O SR. ROBERTO RAMOS - Mas não chegou aos conhecimentos da direção do presídio.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é. Aí, por quê? Aí é que eu quero saber. Se não chegou ao conhecimento, é porque vocês tinham algum padrinho lá.

O SR. ROBERTO RAMOS - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Porque, na realidade, tudo o que acontece lá...



O SR. ROBERTO RAMOS - É, não, isso o senhor está falando, especificando dentro do presídio.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, do presídio.

O SR. ROBERTO RAMOS - Mas eu me encontrava na ala de progressão. Já é do lado de fora do presídio.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas não tem, nessa hora não fica... não tem agentes que ficam olhando para ver se vocês...

O SR. ROBERTO RAMOS - Mas não fica 24 horas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Vinte e quatro horas não.

O SR. ROBERTO RAMOS - Tem um momento lá que a gente fica entre nós mesmo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É meio estranho isso aqui. Marcola, ouviu falar?

O SR. ROBERTO RAMOS - Já ouvi falar, já.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E conheceu?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, conhecer não. Nunca conheci, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Andinho?

O SR. ROBERTO RAMOS - Só ouvi falar também.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só ouviu falar. Zé Mário, José Mário Ferreira?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não conheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não. Bilica?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não. Também não conheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Bilica, segundo a informação, seria a pessoa que acionaria o míssil e que foi executada com um suicídio do terceiro andar de onde morava. Quer dizer, morreu. E, segundo a informação, teriam sido organizações que determinaram a morte dele. Eu queria saber o seguinte, você lá no presídio conheceu uma pessoa chamada Leque? Um preso com esse nome, Leque?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Manoel Souza Siqueira?

O SR. ROBERTO RAMOS - Também não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não. E Pé Vermelho?



O SR. ROBERTO RAMOS - Muito menos. Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não? Carlos Roberto Barbosa?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Conheceu uma pessoa chamada, conhecida pelo vulgo de Fumaça?

O SR. ROBERTO RAMOS - Também não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não? E Reginaldo Ramos Gonçalves?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não. Também desconheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Você chegou, quando recebeu o míssil e recebeu aquele papel interessante, quer dizer, um bicho tão grande... e ele entregou também a você esse papel?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não. Estava junto. Não chegou a entregar na minha mão, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não. Você chegou a ler o...

O SR. ROBERTO RAMOS - Não. Também não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não chegou a ler?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Veja, lá, esse estatuto não admite que haja dentro do presídio, onde tem o PCC, e as pessoas que são do agrupamento, que as pessoas sejam violentadas, estupradas nem que haja extorsão. E não admite mentiras, traições, inveja, cobiça, calúnias e egoísmo. Alguma vez, lá na penitenciária, chegou alguém para dizer: você não quer entrar no PCC, não?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não. Comigo, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não. Nenhuma?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não. Para mim, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nenhuma vez?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer, você não foi nenhuma vez convidado para participar não?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Para concluir, Roberto, para concluir, tu vais, pelo que nós estamos vendo, Roberto, você vai mofar na cadeia, porque você estava com uma arma que não é qualquer um que tem. Vai mofar e não tem



advogado, pior ainda. Então, mais uma vez eu faço o apelo que, se você tem mais alguma informação e não pode dá-la publicamente, que você possa dizer: Olha, eu posso colaborar desde que haja proteção para mim. E isso o Presidente Moroni Torgan, com certeza, solicitará e dará as condições para que você seja um réu colaborador. Então, é mais uma vez que eu faço, porque não dá, Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Roberto, deixa eu fazer uma pergunta. Tu conhecias algum senhor que estava sentado lá atrás agora há pouco?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Estava te olhando fixo.

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Parece até que estava fazendo algum tipo de sinal ou alguma coisa assim.

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É estranho por uma razão. Não identificando a pessoa agora, mas é estranho porque chegou às 9h do Rio de Janeiro, aquele senhor. Estava aqui, olhando fixo para ele. Pode ser só curiosidade, mas a Polícia Legislativa e a Polícia Federal vão fazer um levantamento para saber o que aconteceu.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Essas marcas vermelhas, isso é sinal ou...

O SR. ROBERTO RAMOS - Não. É alergia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Alergia. É alergia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu gostaria que fizessem um levantamento, identificassem, porque aí nós vamos saber se tinha algum tipo de ameaça ou coisa assim, durante o depoimento, o que seria totalmente inusitado. É, mas a história é muito estranha, porque a história que me chegou é que teria vindo do Rio, às 9 horas. Está aqui desde aquela hora para ouvir o depoimento, mas, na verdade, não veio para ver depoimento, veio para fazer um contato com um Deputado de algum outro lugar que não era o Rio de Janeiro. Então, ficou uma história. De qualquer jeito, a investigação vai correr por conta da Polícia Legislativa aqui, para saber... identificando e sabendo que não tem nada a ver, e tenho certeza



que automaticamente será liberado. Agora, que é uma coisa meio estranha é. Tu nunca viste esse?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu não conheces nenhuma pessoa aqui?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, que está presente aqui, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não conhece e não tinha nenhum tipo de relacionamento?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não. Também não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu pedi para que o Roberto pudesse fazer a assinatura dele e para que nós possamos destruí-la. Eu queria, para identificar com um documento que tinha aqui, mas não tem qualquer vinculação. Então, eu solicitaria que V.Exa. ou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pode destruir.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pode destruir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Secretário faz isso. Bom, o que acontece é o seguinte: tu estiveste preso em uma ala do PCC. A suspeita que tem... tu respondes um outro, por um 158, se não me engano.

O SR. ROBERTO RAMOS - Não. Não sei o que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Junto com o Vanderson. Essa é uma informação que eu recebo, inclusive dos policiais de São Paulo, que respondes junto com o Vanderson, 158.

O SR. ROBERTO RAMOS - No dia, eu fui preso sozinho. Não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Talvez não chegou a ti ainda, mas tem esse processo que tu respondes junto com o Vanderson. A orientação que nós temos é que você seria o técnico de bomba.

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que era por isso o nome, inclusive, Beto Bomba, era porque, no assalto a carro-forte, era você que faria o explosivo para explodir a porta do carro-forte. Coisa nesse sentido.

O SR. ROBERTO RAMOS - Não, não. Não tenho conhecimento disso, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, não faz muita diferença o que você vai dizer ou não, porque são as comprovações que vão... as provas é que



vão dizer... Pode dizer que não tem conhecimento, mas se chegar a prova aqui de que tu foste autor, vai complicar igual. E esse explosivo estava na sua casa, justamente esse míssil, porque tu és um técnico em bomba. Quer dizer, de outro efeito, veja, um míssil desse sai em torno de 40 mil reais. Esse de fabricação... que foi adaptado para fabricação caseira. Um míssil novo desse é em torno de 200 mil, mais ou menos, um original de fábrica. Agora, como é que eles iam ter confiança de, de repente, largar um míssil desses, que é caro, na sua casa. Fica sem sentido tu dizeres que encontrou um cara na rua e ele resolveu, de uma hora para outra, dar esse míssil, guardar na tua casa, e te deu adiantado inclusive, te deu o míssil e 1.500 reais, adiantado.

O SR. ROBERTO RAMOS - Foi isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que é uma coisa que fica meio gozada, meio suspeita, não é? Porque ninguém, nenhum bandido de facção criminosa, inclusive nesse nível de pegar um míssil, que é uma arma totalmente nova, apesar de já estar acontecendo já inclusive disparo disso, é uma arma nova. Qual é a confiança que eles iam ter de largar um míssil desse na tua casa? Quer dizer, não tem como. A tua história acaba aí, porque organização criminosa não largaria míssil na tua casa se tu não fosses da organização.

O SR. ROBERTO RAMOS - Mas eu não faço parte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Compreendeu? Mas não tem como. Tu podes dizer até que nunca, nem conhece, nem sabe que raio é esse de PCC. Mas as provas estão totalmente contrárias àquilo que tu estás dizendo. Compreendeu? Então, eu acho que tu estás com medo. O Deputado Luiz Couto, inclusive, fez uma proposta. Eu quero até saber. Tu gostarias de falar reservadamente conosco algumas coisas?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não tenho nada a esconder. Não precisa. Pode ser assim ao público mesmo. O que vocês estão me perguntando, eu estou respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu tens medo de falar reservadamente conosco?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não tenho medo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque é reservado, mas todo mundo vê, só não escuta. A porta fica assim para todo mundo enxergar o que está acontecendo. Por que tu tens medo de falar reservadamente conosco?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não tenho medo de falar reservadamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não tem medo?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não tenho medo. Por isso posso falar abertamente. Não tenho o que esconder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque podia ter medo de falar reservadamente sabe por quê? Porque aí as organizações criminosas não vão saber o que tu falaste conosco porque não será televisionado, não será colocado, a imprensa não saberá. Aí, eles ficarão na dúvida se tu entregaste alguma coisa ou não. Não é esse o teu medo?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não tenho medo. É igual eu já falei ao senhor. Não tenho nada a esconder, por isso que eu não estou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não tem nada contra também a falar reservadamente?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não tenho o que esconder. Assim todo mundo está ouvindo, está presenciando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não tem nada contra falar reservadamente conosco?

O SR. ROBERTO RAMOS - Prefiro assim, para todo mundo ouvir, abertamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Viu como tu relutas em falar reservadamente conosco? Esse é um detalhe. Aí tu começa a se entregar, porque falando reservadamente, tu não sabes qual a versão que sairá mais tarde. É ou não é, Deputado Luiz Couto? Eu nunca vi nenhum depoente com receio de falar reservadamente. Esse é o primeiro depoente que eu vejo com receio de falar reservadamente. É interessante. Porque todos os outros depoentes aceitavam falar reservadamente sem problema algum. Então, volto a perguntar: tu aceitas falar reservadamente conosco?

O SR. ROBERTO RAMOS - Prefiro da forma que está, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso demonstra o medo que tu tens de tudo que vai acontecer. Eu vou dispensar o Roberto e dizer que fico muito



triste em ver um jovem da sua idade com filhos, infelizmente, usando a vida para o lado errado. Infelizmente, na mão do PCC. Isso não é admissível. Eu espero que tu possas repensar sua vida e tentar, pelo menos, sair disso. Não fica na mão do PCC, não, que não é vantagem para ti. Não é vantagem e não vai trazer vantagem nenhuma para ti, muito menos para a sua família. Espero que tu possas repensar esse fato todo e dizer que não vamos descansar enquanto não desbaratarmos esse tráfico de armas, principalmente dessas armas pesadas que estão chegando. Essa que estava contigo é o cúmulo do absurdo. São 9 e meio, quase 10 quilos de explosivos num míssil que poderia matar muitas pessoas. E eu volto a dizer: infelizmente já chegamos na época das organizações criminosas terem mísseis. Isso é terrível. Está dispensado. (Pausa.) Semana que vem ouviremos Ovídio Lourenço, policial civil que estava, infelizmente, abastecendo de munição e armas traficantes do Rio de Janeiro, e o delegado responsável pela ação que o descobriu. É a própria Polícia Civil tentando limpar a Polícia Civil. Isso é bom quando vemos as instituições nesse sentido. Quero agradecer à Polícia de São Paulo pelo trabalho de trazê-lo; à Polícia Federal, que nos tem ajudado; e à Polícia Legislativa pela presteza com que notou alguma coisa diferente. Tomara que não seja nada. Tomara que seja só um curioso que veio ver como a CPI funciona. E, desde já, convoco reunião para quinta-feira, às 10 horas da manhã.

Está encerrada a reunião.